

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

IASMIM DUARTE MESQUITA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo de caso sobre os índices financeiros de uma Cooperativa de Crédito localizada na região do Centro-Oeste de Minas Gerais

LUZ – MG

2022

IASMIM DUARTE MESQUITA

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: um estudo de caso sobre os índices financeiros de uma Cooperativa de Crédito localizada na região do Centro-Oeste de Minas Gerais

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial para obtenção de título de bacharel em Ciências Contábeis, curso de Ciências Contábeis.

Área de concentração: Índices Financeiros

Orientador: Breno Henrique Ferreira dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Me. Breno Henrique Ferreira dos Santos

Prof. Esp. Wesley Mendes de Oliveira

Esp. Guilherme Santos Cesário

Luz, 25 de novembro de 2022

M582a Mesquita, Iasmim Duarte.

Análise das Demonstrações Contábeis: um estudo de caso sobre os índices financeiros de uma Cooperativa de Crédito localizada na região do Centro-Oeste de Minas Gerais. Iasmim Duarte Mesquita. Luz – MG: FASF -- 2022.

65 f.

Orientador: Prof. M.e. Breno Henrique Ferreira dos Santos.
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e

Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Análise das demonstrações contábeis. 2. Demonstrações contábeis financeiros. 3. Indicadores financeiros. I. Título.

RESUMO

O presente estudo aborda sobre o tema **Análise das Demonstrações Contábeis**. A finalidade principal foi avaliar, sob a perspectiva das análises horizontal e vertical e dos indicadores de liquidez, estrutura de capital, endividamento e rentabilidade, por meio do Balanço Patrimonial e da DRE de uma Cooperativa de Crédito, nos exercícios fiscais de 2019, 2020 e 2021, qual dos exercícios analisados teve o melhor resultado, além de auxiliar os gestores na tomada de decisão. Este estudo é importante, pois, através das informações contidas nas demonstrações contábeis, é retratada a posição econômica, financeira e patrimonial da empresa, sendo possível, com essas informações, a mensuração dos indicadores citados acima, bem como a verificação do auxílio destes, de forma mais aprofundada, no desempenho da empresa. Para se chegar aos resultados, a abordagem metodológica se deu através das pesquisas quantitativas, onde foram realizadas as análises contábeis. Através da pesquisa, constatou-se que, no ano de 2020, a Cooperativa apresentou o melhor lucro, dos períodos que foram analisados; outro ponto é em relação aos indicadores de rentabilidade que demonstraram um cenário atrativo.

ABSTRACT

This study explores the Analysis of Financial Statements. The main objective was to evaluate, from the perspective of the horizontal and vertical analyses and the liquidity, equity, indebtedness, and profitability indicators, through the Balance Sheet and the Income Statement of a Credit Union in the fiscal years 2019, 2020, and 2021, which of the years analyzed had the best results, in addition to helping managers in the decision-making process. This study's relevance relies upon the fact that through the information contained in the financial statements, the company's economic, financial, and equity positions are portrayed, making it possible, with this information, to measure the indicators mentioned above, as well as to verify their aid, in a more in-depth manner, in the company's performance. To reach the results, the methodological approach consisted of quantitative research, where accounting analyses were performed. Through the research, it was found that in the year 2020, the Cooperative presented the best profit of the periods that were analyzed; another point is in relation to the profitability indicators that showed an attractive scenario.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da Pesquisa	44
---	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Bibliometria referente à Palavra Chave: “Análise das Demonstrações contábeis” (2020-2022)	13
TABELA 2 – Indicadores de liquidez.....	53
TABELA 3 – Indicadores de rentabilidade	55
TABELA 4 – Indicadores de estrutura de capital e endividamento.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e componentes do balanço patrimonial	18
Quadro 2 – Estrutura de demonstração do resultado do exercício	20
Quadro 3 – Fórmula análise horizontal.....	24
Quadro 4 – Fórmula liquidez imediata (LI)	27
Quadro 5 – Fórmula liquidez seca (LS).....	28
Quadro 6 – Fórmula liquidez corrente (LC)	29
Quadro 7 – Fórmula liquidez geral (LG)	29
Quadro 8 – Fórmula participação de capitais de terceiros (PCT).....	31
Quadro 9 – Fórmula endividamento geral (EG)	31
Quadro 10 – Fórmula composição do endividamento (CE)	32
Quadro 11 – Fórmula imobilização do patrimônio líquido (IPL).....	33
Quadro 12 – Fórmula margem líquida (ML).....	34
Quadro 13 – Fórmula retorno sobre o ativo total (ROA).....	35
Quadro 14 – Fórmula retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)	36
Quadro 15 – Análise horizontal do balanço patrimonial.....	47
Quadro 16 – Análise horizontal da demonstração do resultado do exercício.....	49
Quadro 17 – Análise vertical do balanço patrimonial	51
Quadro 18 – Análise vertical da demonstração do resultado do exercício	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AH	Análise Horizontal
BP	Balço Patrimonial
CE	Composiço do Endividamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DRE	Demonstraço do Resultado do Exercício
EG	Endividamento Geral
FASF	Faculdade de Filosofia e Ciências do Alto São Francisco
ICMS	Imposto sobre Circulaço de Mercadorias e Serviços
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPL	Imobilizaço do Patrimônio Líquido
LAIR	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuiço Social
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
ML	Margem Líquida
OCB	Organizaço das Cooperativas Brasileiras
PCT	Participaço de Capitais de Terceiros
ROA	Retorno sobre Ativos
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
SICOOB	Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URFGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	12
1.2 Problema e hipótese.....	14
1.3 Objetivos.....	15
1.3.1 Objetivo geral.....	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Contabilidade	16
2.1.1 Demonstrações Contábeis	17
2.1.1.1 Balanço Patrimonial	18
2.1.1.2 Demonstração de resultado do exercício	20
2.2 Análise das Demonstrações Contábeis.....	22
2.2.1 Análise horizontal e vertical	23
2.2.3 Análise dos Indicadores Financeiros	25
2.3.3.1 Indicadores de liquidez	26
2.3.3.1 Indicadores de estrutura de capital e endividamento	30
2.3.3.3 Indicadores de rentabilidade	33
2.4 Sistema Financeiro Nacional	36
2.5 Cooperativas de Crédito	37
2.6 Síntese do referencial teórico.....	38
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem do problema.....	40
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos.....	40
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	41
3.4 Unidade de análise.....	42
3.5 Instrumento de coleta de dados.....	42
3.6 Tratamento dos dados.....	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
4.1 Análise horizontal.....	46
4.2 Análise vertical.....	50
4.3 Análise dos indicadores de liquidez	53
4.4 Análise dos indicadores de rentabilidade.....	55

4.5 Análise dos indicadores de estrutura de capital e endividamento.	55
4.6 Síntese dos resultados e discussão	57
5 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização e, naquela época, mesmo com poucos recursos e sem tecnologia, já sentiam necessidade de técnicas para controlar e registrar os fatos contábeis. Com o passar dos anos, as técnicas foram se aprimorando e, atualmente, a contabilidade tem papel vital para as empresas, pois é através dela que os gestores conseguem mensurar a saúde financeira de seu negócio.

A contabilidade tem por objetivo interpretar e registrar os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade e oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como sobre o resultado econômico decorrente da administração dos bens patrimoniais.

A contabilidade se tornou uma ferramenta fundamental para as empresas nos processos de gestão, planejamento, execução e controle. Através das ferramentas utilizadas pelos contadores, com a análise das demonstrações contábeis, é possível obter informações acerca da situação econômico-financeira da empresa.

As análises contábeis são importantes instrumentos de decisão, bastante utilizados na gestão de empresas. Elas refletem o estado atual da empresa, a capacidade financeira de pagar/contratar dívidas e financiamentos, crescimento e passivos.

O estudo das demonstrações contábeis é relevante, pois, além de uma obrigação legal, possibilita aos gestores terem uma visão mais ampla dos negócios da empresa e tomarem decisões mais assertivas e sustentáveis.

Sendo assim, as informações contábeis fornecidas pelos contadores devem conter qualidades essenciais como: compreensibilidade, onde se espera que as demonstrações contábeis sejam claras, objetivas e entendidas por seus usuários; relevância, pois são aspectos importantes e úteis, confiáveis, ou seja, ela deve estar livre de erros e comparabilidade, onde é possível comparar as demonstrações contábeis de uma entidade, entre um ano e outro, a fim de identificar variações na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho.

Além das demonstrações possibilitarem a visualização do desempenho empresarial em relação aos seus concorrentes, os indicadores também são úteis para monitorar a composição dos ativos. Uma análise financeira e contábil de qualidade é importante para credores, investidores, acionistas e até para gerentes. Para a gerência, a análise das demonstrações, além de informar o posicionamento relativo e a evolução contábil, servem também como parâmetro para avaliar a evolução em pequenos espaços de tempo.

É possível realizar análises financeiras usando os demonstrativos contábeis. Neste sentido, a análise das demonstrações financeiras fornece informações importantes para a

gestão das empresas. Através dela é possível identificar mudanças nas contas patrimoniais e obter informações úteis, que auxiliam a gestão das empresas na tomada de decisão.

Uma das técnicas mais utilizadas é a técnica de análise de índices, que utiliza os índices de rentabilidade, liquidez e endividamento e as análises horizontal e vertical, com objetivo de avaliar a atual situação e poder comparar com anos anteriores. Essa comparação é fundamental para a tomada de decisão e previsão futura das ações que serão tomadas.

O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da empresa, bem como o seu desempenho financeiro e econômico.

O presente estudo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso e aborda o tema Análise das Demonstrações Contábeis de uma Cooperativa de Crédito, com o objetivo avaliar o desempenho econômico nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021, sob a perspectiva da análise vertical e horizontal e dos indicadores de liquidez, estrutura de capital, endividamento e rentabilidade por meio das informações contidas na DRE e balanço patrimonial.

Diante disso, a abordagem teórico-metodológica será constituída por uma pesquisa quantitativa característica de um estudo de caso.

Já a abordagem teórico-conceitual se dará através dos estudos de Marion (2019), que traz sobre Contabilidade Empresarial; Iudícibus (2017), que discorre sobre Análise de Balanços e Padoveze (2017), que tem foco na Contabilidade Geral.

1.1 Justificativa

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta que fornece informações sobre o desempenho econômico-financeiro, o qual proporciona a organização de dados que demonstram as oportunidades de crescimento, auxiliam na tomada de decisões, além de direcionar os gestores e sócios das empresas como atingir suas metas, visão e objetivos.

O tema análise das demonstrações contábeis se mostra importante para a sociedade, pois, por meio dele, é possível diagnosticar a saúde das empresas, neste caso, de uma cooperativa de crédito do Centro-Oeste mineiro, onde serão evidenciadas informações acerca dos indicadores de liquidez, estrutura de capital, endividamento e rentabilidade bem como a análise vertical e horizontal.

Neste contexto, para a comunidade acadêmica, o estudo das análises das demonstrações contábeis se faz necessário, uma vez que são estudados os registros dos fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, e, através deste estudo, os contadores transformam dados em informações úteis para tomada de decisão de seus usuários.

As análises fornecem informações fidedignas sobre a situação atual financeira econômica da empresa. Uma vez que há objetivo de crescimento sustentável e desenvolvimento da instituição, as informações contidas nas análises são importantes e podem influenciar, de forma positiva ou negativa, na hora de se tomar uma decisão.

Sendo assim, justifica-se a pesquisa sobre as análises das demonstrações contábeis, pois, através dos dados levantados e analisados, será possível descrever em qual dos anos a instituição obteve o melhor desempenho além de auxiliar os gestores a entenderem a situação econômico-financeira e os pontos de melhoria, se houver necessidade.

Com o intuito de verificar a existência de publicações, realizaram-se pesquisas acadêmicas em nível de mestrado (dissertações) e doutorado (teses) junto à biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e foram escolhidas as seguintes instituições: Mackenzie, UFMS, UNESP, UFRGS, UNB sobre o tema Análise das Demonstrações Contábeis nos anos fiscais de 2020, 2021 e 2022.

TABELA 1 – Bibliometria referente à palavra-chave “Análise das Demonstrações Contábeis” (2020-2022).

UNIVERSIDADES	2020		2021		2022		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	D	M	D	M	D	M	D	
MACKENZIE	-	2	-	2	-	-	-	4	4
UFMS	-	-	2	1	-	-	2	1	3
UNESP	2	1	-	-	-	-	2	1	3
UFRGS	1	2	-	-	-	-	1	2	3
UnB	1	1	1	-	-	-	2	1	3
Total	4	6	3	3	-	-	7	9	16

Fonte: MACKENZIE (2022); UFMS (2022); UNESP (2022); UFRGS (2022); UNB (2022).

Legenda: (M) Mestrado / (D) Doutorado

Na **Tabela 1**, está representada a bibliometria acerca de publicações sobre mestrado e doutorado feitas nos anos de 2020 a 2022, referentes ao tema “Análise das Demonstrações Contábeis”.

A presente pesquisa mostra que, no ano de 2020, foram publicadas 4 (quatro) dissertações de Mestrado e 6 (seis) teses de Doutorado. Em 2021, foram desenvolvidas 3 (três) dissertações de Mestrado e 3 (três) teses de Doutorado. Já no ano de 2022, não houve publicações de dissertação de Mestrado e teses de Doutorado. Dessa forma, totalizam-se 16 pesquisas finalizadas.

Sendo assim, verifica-se um número considerável de publicações acerca do tema análise das demonstrações contábeis para o desempenho econômico financeiro.

Logo, o estudo também se faz importante para a pesquisadora, pois, através das pesquisas bibliográficas e das análises das demonstrações contábeis, será possível expandir o conhecimento sobre o tema.

1.2 Problema e hipótese

As empresas enfrentam diversas dificuldades para sobreviver no mundo dos negócios, pois ele é altamente competitivo e dinâmico. Dessa forma, se faz importante saber sobre a saúde de sua empresa, pois conhecer e entender os desafios da empresa é o primeiro passo para conseguir enfrentá-lo. As demonstrações contábeis bem como todos os dados e informações fornecidos pela contabilidade, ajudam os gestores e os auxiliam na tomada de decisão.

Em um mundo onde os negócios crescem constantemente, se fazem necessárias para a gestão das empresas, ferramentas que retratam informações acerca da saúde econômico-financeira da organização.

Devido à alta concorrência no mercado, é essencial que as organizações estejam sempre atentas à evolução do seu patrimônio e seus índices de liquidez, endividamento e rentabilidade para que possam sobreviver no mercado. Dessa forma, a pesquisadora identificou que o estudo de análise das demonstrações contábeis contribuirá como fonte de informações, a fim de conhecer os resultados da empresa nos exercícios analisados e fazer um comparativo para verificar em qual deles obteve-se o melhor desempenho, além de auxiliar os gestores na tomada de decisão. Diante do exposto, questiona-se qual exercício obteve o melhor desempenho econômico e financeiro, de uma cooperativa de crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021?

Como hipótese para este estudo, na visão de Iudicibus (2017), com as análises das demonstrações contábeis, é evidenciada de forma objetiva a situação econômica e financeira, por meio do balanço patrimonial, DRE e dos indicadores financeiros, além de evidenciar e confrontar informações e, através da comparação entre os anos, acompanhar a evolução financeira, econômica e patrimonial da instituição com o objetivo de fornecer informações para tomada de decisão.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar, a partir das demonstrações contábeis, o desempenho econômico e financeiro de uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021 a fim de verificar qual dos exercícios analisados teve o melhor resultado, além de auxiliar os gestores na tomada de decisão.

1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar documentação relativa às demonstrações contábeis nos exercícios de 2019, 2020 e 2021.
- Realizar as análises das demonstrações contábeis por meio das análises vertical e horizontal e dos indicadores financeiros de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade em cada ano fiscal.
- Analisar o desempenho da instituição comparando, a partir das análises das demonstrações feitas, os resultados dos três anos fiscais, apontando o de melhor desempenho econômico e financeiro.

Este estudo será estruturado em seis seções, sendo a primeira a Introdução, onde será abordado o Tema, a Justificativa, o Problema e Hipótese e os Objetivos. Na segunda seção, será discorrido sobre o Referencial Teórico, e tem como os principais tópicos abordados, Contabilidade, Demonstrações Contábeis, Análise das Demonstrações Contábeis, Sistema Financeiro Nacional e Cooperativas de Crédito. Na terceira seção, será descrito sobre a Metodologia utilizada pela autora para realização deste estudo. Na quarta seção, serão apresentados os Resultados e Discussão. Na quinta seção, será apresentada a Conclusão da pesquisa. Posteriormente serão apresentados as Referências e Anexos utilizados no trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico visa fundamentar teoricamente o trabalho abordando questões sobre contabilidade, demonstrações contábeis, análise horizontal e vertical e também dos indicadores financeiros usados para avaliar a situação econômico-financeira de uma Cooperativa de Crédito, além de descrever sobre o setor e a síntese do referencial teórico.

2.1 Contabilidade

De acordo com Padoveze (2017, p 2), “podemos definir então, contabilidade, como a ciência social que controla o patrimônio de uma entidade”.

Segundo Bonho, Martins e Alves (2019, p. 25), “a história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Sua maneira rudimentar de contar já era um modo de inventário, pois tinha como objetivo o controle do patrimônio, como rebanhos, fardos de alimentos, instrumentos de caça e pesca e outros bens quantitativos”.

Conforme Iudicibus (2021, p. 6), “o objetivo básico da Contabilidade, portanto, pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

Os usuários da contabilidade, segundo Ribeiro (2017, p. 38) podem ser:

As pessoas físicas e jurídicas que as utilizam, para registrar e controlar a movimentação de seus patrimônios ou que, direta ou indiretamente, tenham interesse no controle, na apuração de resultados, na avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira, bem como na análise do desempenho (desenvolvimento) de uma ou mais entidades, como empresário (empresas individuais), sócios e acionistas (empresa societárias), gerentes, administradores, governo, fornecedores, clientes, bancos, investidores etc.

Também é importante citar que, conforme Marion (2017, p. 2), “as informações apresentadas pela contabilidade fundamentam-se em registros mantidos em livros ou em arquivos magnéticos, devidamente elaborados com a observância das técnicas contábeis, das leis e das normas internacionais de contabilidade”.

Nesse tópico foram abordados conceitos sobre Contabilidade, na visão de Padoveze, (2017) como uma ciência social que controla o patrimônio de uma entidade. Iudicibus (2021) contribui com o objetivo da contabilidade em relatar as informações para os diversos usuários dela. Ribeiro (2017) especifica que os principais usuários podem ser pessoas físicas e jurídicas, bem como empresários, sócios, acionistas, além do governo, bancos e investidores,

interessados nas informações contidas nas demonstrações contábeis, assunto a ser abordado da próxima seção.

2.2 Demonstrações Contábeis

De acordo com CPC (2022), “as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade”.

Conforme Martins (2020), o objetivo das demonstrações contábeis é obter dados, que auxiliam na tomada de decisão. Já, quais informações devem ser extraídas das demonstrações, são determinadas por qual usuário irá usá-las.

Segundo Hoji (2017, p. 245), de acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76, é obrigatória a publicação pelas companhias, ao final de cada exercício social com duração de um ano, das seguintes demonstrações financeiras:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- d) demonstração dos fluxos de caixa;
- e) se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Conforme Hoji (2017), as demonstrações de cada exercício devem ser publicadas juntamente com os valores correspondentes às demonstrações do ano anterior. Os seguintes documentos são complementos às demonstrações contábeis: relatório da administração, notas explicativas, parecer dos auditores independentes, parecer do conselho fiscal e relatório do comitê de auditoria.

Nesta seção, conceitua-se sobre demonstrações contábeis, que, de acordo com CPC (2022), constitui uma representação do desempenho da entidade. Martins (2020) complementa com o objetivo, que é de auxiliar gestores na tomada de decisão com os dados que são fornecidos nas demonstrações contábeis. Ainda é salientado na seção, na visão de Hoji (2017), sobre as demonstrações obrigatórias para publicação, uma delas é o balanço patrimonial, assunto a ser abordado a seguir.

2.2.1 Balanço Patrimonial

Conforme Iudícibus (2017, p. 51), balanço patrimonial “reflete a posição das contas patrimoniais em determinado período, normalmente, mensal ou no fim de seu exercício financeiro”.

Ainda, de acordo com Iudícibus (2017, p. 40):

O Balanço Patrimonial (BP) é a representação gráfica constituída de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada Passivo e Patrimônio Líquido – são as fontes e origens dos financiamentos, onde estão representadas as obrigações que serão reivindicadas pelos terceiros e pelos proprietários do capital (capital próprio). A coluna do lado esquerdo é denominada Ativo, onde são efetuados os investimentos e aplicação dos recursos originados do passivo e patrimônio líquido.

Segundo Assaf Neto (2020, p. 61), o balanço é composto por “três partes essenciais: ativo, passivo e patrimônio líquido. Cada uma dessas partes apresenta suas diversas contas classificadas em “grupos”, os quais, por sua vez, são dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez para o ativo e em ordem decrescente de exigibilidade para o passivo.” Onde ativo são todos os recursos da empresa, passivo são todas as obrigações da empresa e patrimônio líquido é a diferença entre o total do ativo e do passivo em determinado período.

Por meio do **Quadro 1** é possível verificar os componentes e entender a estrutura do balanço patrimonial.

Quadro 1: Estrutura e componentes do balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	
<p>ATIVO</p> <p>Ativo Circulante</p> <p>Caixa e Equivalentes de Caixa</p> <p>Contas a Receber</p> <p>Estoques</p> <p>Ativos Especiais e Despesas Antecipadas</p> <p>Ativo Não Circulante</p> <p>Ativo Realizável a Longo Prazo</p> <p>Investimentos</p> <p>Imobilizado</p> <p>Intangível</p>	<p>PASSIVO</p> <p>Passivo Circulante</p> <p>Passivo Não Circulante</p> <p>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p> <p>Capital Social</p> <p>Reservas de Capital</p> <p>Ajustes de Avaliação Patrimonial</p> <p>Reservas de Lucros</p> <p>Ações em Tesouraria</p> <p>Lucros/Prejuízos Acumulados</p>

Fonte: Adaptado de Martins (2020), p. 22).

Nesse sentido, para Salotti *et al.* (2019, p. 36), o ativo “é um recurso econômico controlado pela entidade como resultado de eventos passados e representa direitos que deverão gerar benefícios futuros para a entidade”. Sendo assim, ele é o resultado de eventos passados e que se espera que resultem em benefícios econômicos futuros para a entidade.

Já para Iudícibus (2017, p. 41), ativo “representa todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa”.

Na visão de Padoveze (2017, p. 198), o ativo “deve ser apresentado em ordem decrescente de realização, ou seja, deve primeiro apresentar os elementos patrimoniais, que mais rapidamente devem se transformar em moeda, como caixa, bancos, aplicações financeiras de curto prazo e títulos a receber de clientes”.

Dentro do ativo, de acordo com Padoveze (2017, p. 291), o não circulante “compreende os bens e direitos que se realizarão (com vencimento certo ou estimado) em períodos superiores a um ano da data do balanço patrimonial. Assim, compreende os bens e direitos classificáveis no realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.”

Com relação ao passivo, de acordo com Silva (2017, p. 46), “é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.”

Assaf Neto (2020, p. 61) ainda evidencia que “os recursos dos passivos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos, respectivamente, por passivo circulante e passivo não circulante.”

Para Martins (2020, p. 25), “no passivo circulante estão todas as obrigações cuja liquidação deva ser feita no prazo de um ano ou no prazo de um ciclo operacional.”

Já o passivo não circulante, salientado por Padoveze (2017, p. 419):

Compreende as obrigações e dívidas da empresa vencíveis após doze meses da data do encerramento do balanço, consideradas de longo prazo. Assim, tendo como referência um balanço encerrado em 31.12.X0, serão considerados de longo prazo ou passivo não circulante as obrigações vencíveis a partir de 01.01.X2.

A respeito do patrimônio líquido, Martins (2020, p. 26) ressalta que “é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. [...] O patrimônio líquido representa o total de recursos próprios da entidade, pertencentes a seus acionistas ou sócios.”

Nesta seção foram apresentados conceito, importância e estrutura a respeito do balanço patrimonial. Iudícibus (2017) conceitua que o balanço é referente à posição das contas patrimoniais do exercício além de explicar sobre sua estrutura. Assaf Neto (2020)

também contribui com sua visão com relação à estrutura, dividindo-a em: ativo, passivo e patrimônio líquido. Os autores Salotti *et al.* (2019), Padoveze (2017) e Assaf Neto (2020) ainda complementam explicando sobre os principais grupos.

No próximo tópico será abordada sobre outra demonstração contábil, a demonstração do resultado do exercício.

2.2.2 Demonstração de resultado do exercício (DRE)

De acordo com Iudícibus (2017), a demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

Na visão de Padoveze (2017), a base para a construção das informações necessárias à execução de um modelo de gestão empresarial está contida em duas demonstrações contábeis básicas: o balanço patrimonial e a demonstração do resultado.

Segundo Assaf Neto (2020, p. 79):

A demonstração de resultados do exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos.

A seguir, por meio do **Quadro 2**, mostra-se a estrutura da demonstração do resultado do exercício.

Quadro 2 – Estrutura da demonstração do resultado do exercício.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS
(-) Impostos, devoluções e descontos sobre vendas e serviços
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
(-) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados
(=) LUCRO BRUTO
RECEITAS DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Com vendas
(-) Gerais e administrativas

(Continua)

(-) Honorários dos administradores
(-) Depreciação e amortização
(+/-) Participação em controladas e controlada em conjunto
(+/-) Outras receitas despesas operacionais
(=) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO
RESULTADO FINANCEIRO
(+) Receitas financeiras
(-) Despesas financeiras
(=) Lucro do exercício antes do imposto de renda, contribuição social e das participações
Imposto de renda e contribuição social
(-) Corrente
(-) Diferido
(=) Lucro do exercício antes das participações
(-) Participação de acionistas não controladores
(=) Lucro do exercício antes das participações minoritárias
(-) Participações minoritárias
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

FONTE: Silva (2017, p. 51).

A DRE começa com a receita bruta de vendas e serviços prestados pela empresa, no exercício social examinado, antes de qualquer dedução. Da receita bruta, deverão ser deduzidos diversos valores que efetivamente não pertencem à empresa, tais como impostos indiretos (ICMS, IPI etc.), descontos e abatimentos, devoluções de mercadorias (...), chegando assim na receita líquida de vendas e serviços (ASSAF NETO, 2020).

O Lucro Bruto é apurado pela diferença entre as Receitas Líquidas de Venda e o Custo dos Produtos/Mercadorias Vendidas. No caso de uma empresa prestadora de serviços, o lucro bruto é a subtração entre a Receita Líquida de Vendas e o Custo dos Serviços Prestados. O valor apurado do Lucro Bruto é destinado a cobrir as despesas operacionais, despesas financeiras, despesas de impostos (imposto de renda), e remunerar os proprietários da empresa através da geração de lucro líquido (ASSAF NETO, 2020).

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) refere-se ao lucro obtido antes da dedução do imposto de renda e da contribuição social. Posteriormente, são deduzidos os valores do imposto de renda e da contribuição social, obtendo, assim, o resultado líquido antes de participações e contribuições (ASSAF NETO, 2020).

Em seguida, são descontadas as participações e contribuições, que dizem respeito a

participações de terceiros nos lucros, que não estão relacionadas com os investimentos dos acionistas, como participação de debêntures, dos empregados, administradores. Já as contribuições estão relacionadas com assistência ou previdência dos empregados (ASSAF NETO, 2020).

Após a dedução das despesas e receitas, chega-se ao resultado do período, obtendo, assim, o lucro líquido ou prejuízo (ASSAF NETO, 2020).

Nesse tópico foram abordados assuntos a respeito da demonstração de resultado do exercício. Em relação aos conceitos e às principais informações necessárias para sua construção, são descritas por Iudícibus (2017) e Padoveze (2017). Assaf Neto (2020) ainda complementa sobre as informações essenciais fornecidas na demonstração do resultado do exercício. Essas informações serão fundamentais para a análise das demonstrações contábeis, assunto a ser discorrido na seção a seguir.

2.3 Análise das demonstrações contábeis

A análise das demonstrações contábeis tem como finalidade fornecer informações que possibilitam a interpretação relativa ao desempenho da entidade, situação econômico-financeira, como também antever acontecimentos futuros (ALMEIDA, 2019).

Segundo Silva (2017, p. 4), a análise das demonstrações contábeis é um método que “permite avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica)”.

De acordo com Martins (2020, p. 69), a análise das demonstrações contábeis é “um conjunto de esforços sistemáticos para determinar, por parte de uma pessoa preparada, o significado e o sentido das demonstrações financeiras, com vistas a permitir a realização de previsão da liquidez, da solvência e da rentabilidade de uma entidade”.

Ainda conforme Martins, (2020, p. 5), “a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de gerar informações úteis à tomada de decisões dos diversos usuários das informações contábeis, a fim de verificar se a empresa merece crédito, se é solvente, se é rentável, entre outras razões”.

As análises das demonstrações contábeis podem ser realizadas internamente ou externamente. Com relação a análise interna, é elaborada pelos colaboradores das empresas e tem como objetivo fornecer informações sobre a situação econômica da empresa que auxiliarão na tomada de decisão. Já, a análise externa é realizada fora da empresa e tem como

objetivo informar as pessoas interessadas quanto à situação econômica e financeira da empresa. Essas informações servem para consolidar algum negócio, para investidores, entre outros (RIBEIRO, 2020).

Marion (2019) afirma que, para entender a situação econômica e financeira da empresa, a análise se concentra em três pontos, a saber: liquidez, lucratividade e endividamento.

Nesta seção foi possível compreender sobre as análises das demonstrações contábeis onde, Almeida (2019), Silva (2017) e Martins (2020) relatam conceitos e objetivos que são concordantes e complementares para o entendimento sobre o tema. Basicamente, a análise das demonstrações contábeis visa fornecer informações que permitem avaliar a capacidade econômico e financeira de uma entidade para a tomada de decisão para os diversos usuários contábeis. Ribeiro (2020) expõe que as análises das demonstrações contábeis podem ser feitas tanto internas quanto externas. Marion (2019) ainda complementa sobre os principais pontos de situação econômica a serem analisados com a realização da mesma.

No próximo tópico, será evidenciada uma das análises das demonstrações contábeis, a análise horizontal e vertical.

2.3.1 Análise horizontal e vertical

De acordo com Silva (2017, p. 121), “a análise horizontal e vertical é a forma mais comum de expressar a Análise de Demonstrações Contábeis, pois, apesar de sua simplicidade, elas irão destacar as variações mais importantes no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado do Exercício, além das demais demonstrações”.

Ainda segundo Silva (2017, p. 121):

O processo de análise horizontal e vertical será mais adequado se realizado através do agrupamento das contas, dando preferência à demonstração apenas das contas mais relevantes dentro dos respectivos grupos patrimoniais ou de resultado. O objetivo será identificar o peso de determinada conta em relação ao total do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, ou na sua participação na composição do resultado, e a evolução dessas participações ao longo dos exercícios.

Com relação à análise horizontal, Assaf Neto (2020, p. 108) define que “a análise horizontal (AH) é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais”.

De acordo com Silva (2017), a análise horizontal deve ser feita a partir da seguinte metodologia de cálculo:

1. Considerar todas as contas do ano mais distante como base 100%;
2. Para cada conta, calcular primeiramente o número-índice da seguinte forma: dividir o valor/saldo da conta do período mais recente pelo do período mais distante, diminuir 1 e multiplicar por 100, para encontrar o percentual de variação

Esta explicação será demonstrada através do **Quadro 3**.

Quadro 3 – Fórmula análise horizontal.

$$\text{Fórmula} \left(\left(\frac{\text{Ano seguinte (ano 2)}}{\text{Ano base (ano 1)}} \right) - 1 \right) \times 100$$

Fonte: Silva (2017).

A análise horizontal evidencia a evolução no tempo de determinado item. Ela é calculada dividindo o valor atual pelo valor anterior ou pelo valor de uma data específica. (RODRIGUES; SILVA, 2020).

Já a análise vertical, conforme Silva (2017, p. 122), “pode ser entendida como a análise da estrutura das demonstrações, pois permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no Balanço Patrimonial ou na estrutura da Demonstração do Resultado.”.

Segundo Martins (2020, p. 92):

Os índices da análise vertical são calculados de forma semelhante aos índices da análise horizontal. Ambos são calculados por meio da regra de três. A diferença é que na análise horizontal o foco é a variação temporal ocorrida em uma mesma conta. Já na análise vertical analisa-se a variação de uma conta em relação a outra conta (base) do mesmo período.

Ainda segundo Martins (2020, p. 92), “a análise vertical é realizada mediante a extração de relacionamentos percentuais entre itens pertencentes à demonstração financeira de um mesmo período. Os percentuais obtidos podem ser comparados entre si ao longo do tempo e também podem ser comparados entre diferentes empresas”.

De acordo com Silva (2017), a análise vertical deve ser feita da seguinte metodologia de cálculo:

1. **Balço Patrimonial:** dividir o valor de cada conta ou grupo de contas pela totalização do ativo ou passivo, conforme o caso, multiplicando por 100, obtendo, assim, a participação de cada conta ou grupo de conta em relação ao total;
2. **Demonstração de Resultados:** dividir o valor de cada item (ou parcela) da demonstração pelo valor da Receita Operacional Líquida (ou Bruta) e multiplicar por 100, obtendo, assim, a participação de conta na formação do resultado.

Dessa forma, é possível perceber, na visão de Silva (2017) e Assaf Neto (2020), o conceito sobre análise horizontal e vertical que, de forma resumida, é a comparação de valores nas contas mais expressivas de determinados grupos em diferentes exercícios sociais. Marins (2020) complementa explicando sua realização, mediante dados que serão convertidos em percentuais e que serão comparados com resultados de outros períodos. Silva (2017) também enfatiza a metodologia para cálculo no qual, buscam-se as informações contidas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. Verifica-se que as abordagens dos autores são complementares no entendimento do assunto abordado.

No próximo tópico será abordado sobre as análises dos indicadores financeiros.

2.3.2 Análise dos Indicadores Financeiros

De acordo com Silva (2019, p. 204), “os índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações contábeis”.

Já para Marion (2019), os índices são junções que se constituem entre duas grandezas e simplificam expressivamente o trabalho do analista visto que, a análise de certas relações ou percentuais é mais relevante do que o estudo de montantes por si só.

No que se diz respeito às análises dos índices, constitui um método que utiliza a junção numérica entre contas ou grupos dos dados das demonstrações financeiras, isto é, um índice é a relação entre dois números (MARTINS, MIRANDA E DINIS, 2020).

Já na visão de Alves e Laffin (2018, p. 20), “a análise das demonstrações contábeis mediante indicadores financeiros e econômicos facilita o entendimento referente às informações constantes na demonstração contábil. Essa análise informa sobre os resultados empresariais com margem de segurança, facilitando o gerenciamento.”.

Ainda de acordo com, Alves e Laffin (2018, p. 20), “os indicadores mensuram o desempenho da empresa relativo à sua liquidez, ao seu ciclo operacional, ao seu grau de endividamento, sua rentabilidade e atividade”.

Para aplicação do cálculo dos indicadores, é necessário utilizar como base, as informações demonstradas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. (ALVES; LAFFIN, 2018).

Neste tópico foi discorrido sobre as análises dos indicadores financeiros. Silva (2019) expõe o conceito de indicadores financeiros, os quais possuem relação entre contas ou grupos de contas; Martins, Miranda e Dinis (2020) falam a respeito de análise dos indicadores, que constitui um método de junção numérica; Alves e Laffin (2018) salientam a importância de que a sua realização facilita o entendimento das informações contidas nas demonstrações contábeis.

Serão evidenciados nesta pesquisa os indicadores de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade. A seguir, os conceitos sobre o primeiro indicador, o de liquidez.

2.3.3.1 Indicadores de liquidez

De acordo com Almeida (2019, p. 125), “o objetivo dos índices de liquidez é, fundamentalmente, verificar a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações. Essa verificação é efetuada comparando contas do ativo e do passivo do balanço patrimonial.

O mesmo autor ainda complementa que existem quatro índices geralmente utilizados pelos analistas:

- Liquidez imediata.
- Liquidez seca.
- Liquidez corrente.
- Liquidez geral

Conforme preceitua Marion (2019), as informações sobre os prazos de realização de Ativos e liquidação de Passivos são úteis para avaliação da liquidez de uma entidade. A divulgação e a apresentação de instrumentos financeiros incluem a divulgação dos períodos de vencimento de ativos e passivos financeiros.

Com relação à análise de liquidez, Silva (2017, p. 145) aborda:

É importante que a análise da liquidez seja efetuada de forma comparativa com vários exercícios ou períodos, não apenas da mesma empresa, mas também de seus principais concorrentes, pois somente dessa forma será possível identificar o nível de comprometimento do capital de giro, de forma a melhor determinar a capacidade de contrair novas obrigações.

No que se diz respeito aos indicadores de liquidez imediata, Almeida (2019, p. 126) explana que “esse índice indica quanto a entidade possui de recursos disponíveis de imediato para cada R\$ 1,00 de passivo circulante (dívidas com vencimento de até doze meses após a data do balanço patrimonial)”.

Segundo Assaf Neto (2020, p. 173), “revela a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente. Esse quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade”.

Na visão de Silva (2017, p. 146) “esse índice tem maior significado quando o analisamos de forma conjunta com o fluxo mensal de caixa da empresa ou utilizamos a média dos saldos mensais das contas, fugindo, assim, de situações anormais que porventura tenham ocorrido à véspera do levantamento do Balanço”.

O **Quadro 4** demonstra a fórmula para descobrir esse índice.

Quadro 4 – Fórmula liquidez imediata (LI).

Fórmula	Interpretação
$LI = \frac{\textit{Disponibilidade}}{\textit{Passivo Circulante}}$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

No que tange à liquidez seca, Silva (2017, p. 148) expõe que:

É muito útil quando necessitamos ver a capacidade de pagamento da empresa nas situações em que ela tem uma rotação de estoque muito baixa, o que pode refletir uma má gestão sobre o volume de compras de material para revenda ou industrialização. No cálculo desse indicador, devemos eliminar os estoques do total do Ativo Circulante.

O índice de liquidez seca apresenta a capacidade financeira líquida da empresa de honrar com suas obrigações de curto prazo, ou seja, significa quanto a empresa tem de ativo circulante para cada um real do passivo circulante (RIBEIRO, 2020).

Esse índice é um dos mais utilizados pelas instituições financeiras para fins de concessão de crédito aos seus associados (RIBEIRO, 2020).

O **Quadro 5** demonstra a fórmula para descobrir esse índice.

Quadro 5 – Fórmula liquidez seca (LS).

Fórmula	Interpretação
$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

Já o indicador de liquidez corrente, de acordo com Silva (2017, p. 147), “demonstra quanto a empresa possui em dinheiro, em bens e em direitos realizáveis no curto prazo, comparando com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. É o índice mais utilizado para medir a situação (saúde) financeira das empresas”.

Conforme aborda Padoveze (2017, p. 544), “é o indicador mais conhecido. Relaciona o total do ativo circulante com o total do passivo circulante”.

Segundo Ribeiro (2017, p. 214), “por ser o quociente que melhor espelha o grau de liquidez da empresa, é também denominado medida de solvência”.

Na visão de Iudicibus (2017, p. 105), “é preciso considerar que no numerador estão incluídos itens tão diversos como: disponibilidades, valores a receber a curto prazo, estoques e certas despesas pagas antecipadamente. No denominador, estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo.”

O **Quadro 6** demonstra a fórmula para descobrir esse índice.

Quadro 6 – Fórmula liquidez corrente (LC).

Fórmula	Interpretação
$\textit{Liquidez corrente} = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

A respeito do indicador de liquidez geral, segundo Assaf Neto (2020, p. 176), “revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo”.

Silva (2019, p. 259) ainda complementa a respeito do indicador de liquidez, que “é a capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento”.

Ainda segundo Silva (2019, p. 261), “é um indicador que subentende que, se a empresa fosse parar suas atividades naquele momento, deveria pagar suas dívidas com seu dinheiro (disponibilidades) mais seus realizáveis, sem precisar envolver os investimentos em coligadas e controladas, os ativos fixos e os ativos intangíveis”.

O **Quadro 7** demonstra a fórmula para descobrir esse índice.

Quadro 7 – Fórmula liquidez geral (LG).

Fórmula	Interpretação
$LG = \frac{\textit{Ativo circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

Verifica-se, nesta seção, conceitos, objetivos e as fórmulas referente os indicadores de liquidez. Almeida (2019), Marion (2019) e Silva (2017) abordam a respeito dos indicadores de liquidez, sendo basicamente a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações. Além disso, os autores Silva (2017), Padoveze (2017), Iudícibus (2017) e Assaf Neto (2020), abordam os principais indicadores de liquidez como, a liquidez imediata, liquidez seca, liquidez corrente e liquidez geral, os quais são indicadores que avaliam a liquidez da empresa em curto e longo prazo.

A seguir serão evidenciados os indicadores de estrutura de capital e endividamento.

2.3.3.2 Indicadores de estrutura de capital e endividamento

Sob o ponto de vista de Silva (2017, p. 149), os indicadores de estrutura de capital e endividamento tem a seguinte relevância:

Para uso interno da empresa, os indicadores de endividamento sinalizam o grau de risco acarretado pelos financiamentos. A administração financeira deve estar atenta aos níveis de endividamento, considerando que os bancos, fornecedores, clientes e

concorrentes também avaliam a solidez financeira da empresa com base nesses indicadores.

No balanço, o lado do passivo expõe a origem do capital disponível para a empresa; já, o lado do ativo evidencia onde este capital foi aplicado. Assim, comparando o capital próprio e o capital de terceiros, é possível entender quem investe mais nas empresas: se são proprietários ou pessoas não ligadas diretamente aos negócios (RIBEIRO, 2020).

Segundo Ribeiro (2017, p. 204), “quando os investimentos na empresa são financiados pelos capitais próprios, em proporção maior do que pelos capitais de terceiros, podemos afirmar, em princípio, que a situação financeira da empresa é satisfatória”.

Ainda de acordo com Ribeiro (2017, p. 204),

Por outro lado, quando os investimentos na empresa forem financiados pelos capitais de terceiros, em proporção maior do que pelos capitais próprios, podemos afirmar, em princípio, que a empresa está endividada. Nesse caso, é provável que uma parcela maior dos lucros seja destinada a remunerar esses capitais de terceiros.

Serão abordados três indicadores de estrutura de capital e endividamento, sendo eles: a participação de capitais de terceiros (PCT), composição do endividamento e imobilização do patrimônio líquido.

Os indicadores de participação de capitais de terceiros, segundo Iudicibus (2017, p. 108), tem por objetivo “retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros”.

Ribeiro (2017) expõe que, quanto menor for a participação de capitais de terceiros na empresa, menor será seu grau de endividamento, e conseqüentemente maior será sua liberdade financeira.

A interpretação deste índice, de acordo com Ribeiro (2020) deverá ser concentrada a fim de medir o grau de endividamento da empresa. Quando este quociente for inferior ou menor que 100%, acusaremos excesso de capitais próprios sobre os capitais de terceiros, indicando assim, que quanto menor a participação de capitais de terceiros, menor é o grau de endividamento.

De acordo com Iudicibus (2017, p. 108), os quocientes de endividamento “relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros”.

Esta explicação será demonstrada através do **Quadro 8**.

Quadro 8 – Fórmula participação de capital de terceiros (PCT).

Fórmula	Interpretação
$PCT = \frac{\text{Capitais de terceiros (PC + ELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Com relação ao índice de endividamento geral, de acordo com Santanna (2020), é utilizado para medir o grau de risco dos empreendimentos devido às suas operações. Com ele, os líderes empresariais medem a proporção das dívidas em relação aos ativos que não foram financiados por terceiros.

Weil, Schipper e Francis (2016, p. 234) relatam que o endividamento geral “mede a parte do ativo financiada pelo passivo. Em geral, índices de endividamento maiores significam maior risco de liquidez de longo prazo, ou seja, maior probabilidade de que a empresa possa ser incapaz de cumprir os pagamentos de juros no futuro”. Quanto mais o índice for próximo de 1, maior será a dependência de capitais de terceiros.

A fórmula para cálculo do índice é demonstrada por meio do **Quadro 9**.

Quadro 9 – Fórmula endividamento geral (EG).

Fórmula	Interpretação
$EG = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}}$	Quanto menor, melhor.

Fonte: Weil, Schipper e Francis (2015).

No que diz respeito aos indicadores de composição do endividamento, segundo Almeida (2019, p. 146), “esse índice relata o percentual de capitais terceiros de curto prazo (passivo circulante) em relação ao total dos capitais de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante). O entendimento é que quanto menor o percentual, melhor”.

De acordo com Ribeiro (2020, p. 47), “quanto menor for esse quociente, maiores serão os prazos que a empresa terá para saldar seus compromissos; conseqüentemente, melhor será sua situação financeira atual”.

Ainda, segundo Ribeiro (2017, p. 207), “a interpretação deste quociente deverá ser direcionada a verificar a necessidade de a empresa ter ou não de gerar recursos a curto prazo para saldar os seus compromissos”.

Por meio do **Quadro 10**, será evidenciada a fórmula da composição do endividamento.

Quadro 10 – Fórmula composição do endividamento (CE).

Fórmula	Interpretação
$CE = \frac{\textit{Passivo Circulante}}{\textit{Capitais de Terceiros (PC + ELP)}}$	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

Em relação à imobilização do patrimônio líquido, Ribeiro (2020, p. 47) diz que “o quociente revela qual parcela do Patrimônio Líquido foi utilizada para financiar a compra do Ativo Fixo, isto é, quanto a empresa imobilizou no Ativo Fixo para cada \$ 1 de Patrimônio Líquido”.

De acordo com Silva (2017, p. 152), “quanto mais uma empresa investir no Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro. A análise desse índice possibilita a identificação de quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente”.

Segundo Ribeiro (2020), quando esse quociente for inferior a 1 ou menor que 100%, apontará que a empresa não imobilizou todo o seu patrimônio líquido, havendo, então, o capital circulante próprio. Quanto maior for a parcela do patrimônio líquido aplicada no ativo fixo, menor será a participação dos capitais próprios para financiar o ativo circulante e maior será a dependência da empresa em relação aos capitais de terceiros.

Ainda, de acordo com Ribeiro (2020, p. 47):

Se todo o Patrimônio Líquido for utilizado para financiar o Ativo Fixo, não existindo Capital Circulante Próprio, significará que todo o Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo foram financiados somente com recursos de terceiros. Porém, é preciso considerar que, em princípio, esse fato não indica situação desfavorável.

A seguir, será evidenciada através do **Quadro 11**, a fórmula da Imobilização do Patrimônio Líquido:

Quadro 11 – Fórmula imobilização do patrimônio líquido (IPL).

Fórmula	Interpretação
$IPL = \left(\frac{\textit{investimentos} + \textit{imobilizado} + \textit{intangível}}{\textit{Patrimônio Líquido}} \right) \times 100$	Quanto menor, melhor.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Sendo assim, verifica-se na seção, a importância sobre os indicadores de estrutura de capital e endividamento, na visão de Ribeiro (2020), Iudícibus (2017) e Ribeiro (2017), os quais relatam a proporção do capital próprio em relação ao capital de terceiros. Além disso, Iudicibus (2017), Santanna (2020) e Weil, Schipper e Francis (2016) também conceituam sobre participação de capital de terceiros, que é a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros; endividamento geral, em que mede a parte do ativo financiada pelo passivo; composição do endividamento, em que o índice relata o percentual de capitais terceiros de curto prazo em relação ao total dos capitais de terceiros; e a imobilização do patrimônio líquido, em que o índice revela qual parcela do patrimônio líquido foi utilizada para financiar a compra do ativo fixo.

A seguir, serão tratados sobre os últimos indicadores, os de rentabilidade.

2.3.3.3 Indicadores de rentabilidade

Para Almeida (2019, p.154), “os índices de rentabilidade têm por objetivo identificar o desempenho econômico da entidade, relacionando o lucro apurado com parâmetros de relatividade, tais como vendas, ativos e patrimônio líquido”.

Alves e Laffin (2018, p. 142) expressam que: “a rentabilidade é utilizada com diferentes perspectivas, como, por exemplo, descobrir se a empresa tem gerado lucro e se esse lucro está de acordo com as expectativas ou com as concorrentes”.

Nesta pesquisa, serão evidenciados três indicadores de rentabilidade, sendo eles, a margem líquida, o retorno sobre o ativo total e o retorno sobre o patrimônio líquido.

No que tange a margem líquida, Silva (2017, p. 155) diz que “também conhecido como Retorno sobre as Vendas, esse índice compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual de LUCRATIVIDADE gerado”.

Ainda de acordo com Silva (2017, p.155), “muitos fatores podem influenciar a rentabilidade sobre as vendas, entre os quais destacamos o ramo de atividade, a rotação dos estoques, mercados, custos de produção, produtividades, entre outros”.

A interpretação desse quociente deverá ser voltada a verificar qual a margem de lucro da empresa em relação às suas vendas. Quanto maior, ou seja, mais próximo de 1 esse quociente for, maiores serão os lucros alcançados pela empresa. (RIBEIRO, 2020).

A seguir, por meio do **Quadro 12**, será evidenciada a fórmula da margem líquida.

Quadro 12 – Fórmula margem líquida (ML).

Fórmula	Interpretação
$ML = \left(\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita líquida}} \right) \times 100$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

No que concerne ao índice de retorno sobre o ativo total, de acordo com Alves e Laffin (2018, p. 143), “esse índice mede a capacidade da empresa de aplicar com eficiência seus recursos, verificando qual o retorno obtido para cada real que compõe o ativo da empresa. Dessa forma, quanto maior o resultado do indicador, melhor será para o investidor”.

Segunda Silva (2017, p. 156), o retorno sobre o ativo total:

Tem por objetivo medir a EFICIÊNCIA global da alta direção da empresa na geração de lucros com seus investimentos totais. Não havendo variações significativas nos saldos do Ativo, o analista poderá optar por mediar a relação direta entre o Lucro Líquido do Exercício e o saldo do Ativo. Caso contrário, utiliza-se o Ativo Médio, que é obtido pela soma do Ativo Total do ano anterior com Ativo Total do ano em curso, dividido por dois.

Ativo total nada mais é do que o capital econômico da empresa, onde parte desse capital trata-se do aporte dos sócios e a outra parte é captada junto a terceiros, além das parcelas de lucros incorporados ao capital dos sócios. (SILVA, 2017)

A seguir, no **Quadro 13**, será demonstrada a fórmula retorno do ativo total.

Quadro 13 – Fórmula retorno sobre o ativo total (ROA).

Fórmula	Interpretação
$ROA = \left(\frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Ativo Total ou Ativo Médio}} \right) \times 100$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

No que diz respeito ao retorno sobre o patrimônio líquido, Ribeiro (2020, p. 59) diz que “o quociente revela qual foi a taxa de rentabilidade obtida pelo capital próprio investido na empresa, isto é, quanto a empresa ganhou de lucro líquido para cada \$ 1 de capital próprio investido”.

Silva (2017, p. 156) define o seguinte conceito para o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Também denominada de Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – Return on Equity), esse indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, ficando patente o prêmio do investidor ou proprietário pelo risco de seu empreendimento quando o indicador (taxa) obtido é superior à taxa média de juros do mercado

Alves e Laffin (2018, p. 135) ainda expõem a seguinte vantagem do ROE.

Uma de suas vantagens é a qualidade da informação temporal. Quando o ROE é calculado por longos períodos (cinco a dez anos), as informações obtidas permitem verificar o crescimento da empresa e as perspectivas para os próximos anos. Essa condição relaciona-se, também, ao custo de oportunidade do investimento, permitindo avaliar, dentre diferentes opções, a que apresenta a melhor opção.

A interpretação desse índice, de acordo com Ribeiro (2020, p. 59), “deve ser direcionada a verificar qual é o tempo necessário para obter o retorno do capital próprio investido na empresa, ou seja, quantos anos serão necessários para que os proprietários obtenham de volta o valor do capital que investiram na empresa”. Quanto maior for esse quociente, maior será a lucratividade em relação ao capital próprio investido.

A seguir, será apresentado o **Quadro 14**, contendo a fórmula de retorno do patrimônio líquido.

Quadro 14 – Fórmula retorno sobre o patrimônio líquido (ROE).

Fórmula	Interpretação
$ROE = \left(\frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Patrimônio Líquido Médio}} \right) \times 100$	Quanto maior, melhor.

Fonte: Adaptado de Silva (2017).

Nesta seção abordou-se a respeito dos indicadores de rentabilidade, onde Almeida (2019) salienta o objetivo básico que é identificar o desempenho econômico da entidade, relacionando o lucro apurado com parâmetros de relatividade, como vendas, ativos e patrimônio líquido. Os indicadores de rentabilidade que foram conceituados nessa seção foram a margem líquida, o retorno sobre o ativo total e o retorno sobre o patrimônio líquido.

A seguir, adentra-se um pouco no sistema em que o setor estudado está inserido, o Sistema Financeiro Nacional.

2.4 Sistema Financeiro Nacional

Conforme Abreu e Silva (2016, p. 1), o Sistema Financeiro pode ser definido como:

Um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. O Sistema Financeiro tem o importante papel de fazer a intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva.

Assaf Neto (2021, p. 43) descreve que “o sistema financeiro é composto por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN).”.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2022) o sistema financeiro nacional é formado por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas do país. Existem dois tipos de instituições financeiras: bancárias e não bancárias.

As instituições bancárias, segundo Assaf Neto (2021, p. 44), “são aquelas a quem se permite a criação de moeda por meio do recebimento de depósitos à vista [...]; operam basicamente com ativos financeiros monetários, que representam os meios de pagamento da economia (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista em bancos).”.

Já as instituições não bancárias, para Assaf Neto (2021, p. 44), “não estão legalmente autorizadas a receber depósitos à vista, inexistindo, portanto, a faculdade de criação de

moeda. Essas instituições trabalham, basicamente, com ativos não monetários, tais como ações, letras de câmbio, certificados de depósitos bancários, debêntures, etc.”.

Portanto, o Sistema Financeiro Nacional constitui um conjunto de órgãos que executa e fiscaliza as operações relacionadas à circulação da moeda e crédito na economia; além de ser intermediador financeiro entre os agentes, é formado por instituições financeiras que podem ser bancárias ou não.

Na próxima seção, será discorrido a respeito de uma das instituições financeiras que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional: Cooperativas de Crédito, o setor que será analisado nesta pesquisa.

2.5 Cooperativas de Crédito

De acordo com Abreu e Silva (2016, p. 88), “a cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados.

Nesse sentido, uma cooperativa de crédito é regida pelos princípios do cooperativismo. De acordo com OCB (2022), o conceito de cooperativismo é:

Uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

Sendo assim, o cooperativismo não visa lucros e os direitos e deveres de todos são iguais, sendo a adesão livre e voluntária. (ABREU; SILVA, 2016).

O mesmo autor ainda expõe que, os cooperados são, ao mesmo tempo, donos e usuários da cooperativa, na qual participam de sua gestão e usufruem de seus produtos e serviços, além de encontrar os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Possuem também poder igual de voto, independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. (ABREU; SILVA, 2016).

Conforme descrito por SICOOB (2022), uma cooperativa de crédito “tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira, onde os clientes são os donos e por isso os resultados financeiros são divididos entre os cooperados”.

Assim sendo, as cooperativas de crédito são instituições financeiras sob a forma de sociedade cooperativa, que tem seus cooperados como donos. Seu diferencial é que são regidas pelos princípios cooperativistas oferecendo produtos e serviços bancários.

2.6 Síntese do referencial teórico

Neste estudo, conforme apresentado no referencial teórico, foram abordados tópicos sobre contabilidade, demonstrações contábeis, análise das demonstrações contábeis, Sistema Financeiro Nacional e Cooperativas de Crédito.

Para Padoveze (2017), a contabilidade pode ser definida como a ciência social que controla o patrimônio de uma entidade. O seu objetivo é o fornecimento de informações econômicas para os diversos usuários, que podem ser pessoas físicas e jurídicas, que estão interessadas em utilizar para registrar e controlar a movimentação de seus patrimônios.

De acordo com CPC (2022), as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O seu objetivo principal é obtenção de dados par auxiliar na tomada de decisão. Hoji (2017) relata, de acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76, ser obrigatória a publicação pelas companhias, ao final de cada exercício social com duração de um ano, as demonstrações como, balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício; demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Ainda sobre análise das demonstrações contábeis, Silva (2017) relata que o método permite avaliar a capacidade de solvência, além de conhecer a estrutura patrimonial e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados. O conjunto de análise de demonstrações contábeis percorridos nesta pesquisa foram análise horizontal e vertical e análise dos indicadores financeiros, como os indicadores de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade.

Mais especificamente no setor que será estudado nesta pesquisa, Abreu e Silva (2016) salientam sobre o Sistema Financeiro, que pode ser definido como um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia, além de ter um importante papel em fazer a intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários. O seu órgão normativo é Conselho Monetário Nacional (CMN).

Por fim, descrevendo sobre Cooperativas de Crédito, instituição a ser estudada, o Banco Central do Brasil (2022) expõe que o sistema financeiro nacional é formado por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas do país.

De acordo com Abreu e Silva (2016), a cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, com a filosofia e com princípios do cooperativismo, que visa buscar um lugar equilibrado, desenvolvido e com melhores oportunidades para todos.

Na próxima seção será abordada a metodologia para realização desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

De acordo com Lakatos (2021), método científico é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que são mais seguras e econômicas e tem como objetivo gerar conhecimento válido e autêntico.

Esta seção descreve a metodologia usada pela autora para realização do presente estudo em uma Cooperativa de Crédito na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

A pesquisa segue classificação proposta pela FASF (2022), conforme descrito abaixo.

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem do problema

Este estudo será classificado sob o ponto de vista da abordagem do problema como quantitativa e qualitativa.

De acordo com Creswell e Creswell (2021), pesquisa quantitativa é “um método de testar teorias objetivas examinando a relação entre variáveis. Essas variáveis, por sua vez, são medidas através de instrumentos possibilitando, assim, análise dos dados numéricos.”.

Segundo Mattar e Ramos (2021), “grande parte das pesquisas quantitativas utiliza hipóteses, prioriza amostras aleatórias e amplas e se baseiam em questionários e testes para coletar dados.”.

Baptista e Campos (2016) complementam que dados quantitativos é “a definição de uma medida deve ser reconhecida, como uso de símbolos para representar conceitos”. Isto é importante, pois possibilita classificar e caracterizar os conceitos com mais cuidado.

Segundo Mattar e Ramos (2021), a pesquisa qualitativa “é basicamente interpretação. É onde é feito a discussão e interpretação dos resultados através dos dados levantados”.

Neste estudo, a pesquisa quantitativa se dará pela mensuração dos demonstrativos contábeis utilizados pela autora, sendo a análise vertical e horizontal e os indicadores de liquidez e endividamento por meio das informações numéricas apresentadas na DRE e no Balanço Patrimonial. Já a pesquisa qualitativa será alcançada após os cálculos dos indicadores financeiros com a interpretação dos resultados.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Esta pesquisa, sob o ponto de vista dos objetivos, será uma pesquisa descritiva, explicativa e exploratória.

De acordo com Henriques e Medeiros (2017, p. 98), pesquisa descritiva “objetiva a descrição das características de uma população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesse caso, a coleta de dados é obrigatória”.

Segundo Mezzaroba e Monteiro (2019, p. 137), a pesquisa descritiva “é no sentido de promover uma análise rigorosa de seu objeto para, com isso, penetrar em sua natureza (pesquisa quantitativa) ou para dimensionar sua extensão (pesquisa qualitativa)”.

Conforme abordado por Henriques e Medeiros (2017, p. 98), “as pesquisas explicativas ocupam-se de causas, de fatos que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos”.

Matias-Pereira (2016, p.90) diz que pesquisa explicativa “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Assim, aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas”.

Já a pesquisa exploratória, segundo Gil (2019, p. 26), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses a serem testadas em estudos posteriores”.

Deste modo, a pesquisa descritiva será evidenciada por meio de um estudo de caso realizado em uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais.

Já, a pesquisa explicativa será através da explicação dos resultados alcançados provenientes da análise contábil dos índices financeiros nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021.

Com relação à pesquisa exploratória, será demonstrada pelo levantamento das informações a respeito do assunto, através da pesquisa bibliográfica.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Este estudo, conforme o ponto de vista dos procedimentos técnicos, será uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso.

O estudo de caso, segundo Matias-Pereira (2019, p. 91), é “quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Para Gil (2018, p. 28), “a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos”.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica será evidenciada através do levantamento bibliográfico de livros disponíveis da biblioteca virtual da FASF, como Contabilidade geral, de Padoveze (2017); Análise didática das demonstrações contábeis, de Martins (2020) e

Estruturas e análises de balanços, de Assaf Neto (2020), além de teses de mestrados, doutorados, artigos científicos e sites de pesquisas, como SICOOB (2022).

Já o estudo de caso da Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, será demonstrado por meio da análise e interpretação dos indicadores financeiros, por meio da DRE e Balanço Patrimonial, com o objetivo de analisar os anos fiscais de 2019, 2020 e 2021, a fim de verificar qual dos exercícios analisados teve o melhor resultado para os associados, com a finalidade da instituição financeira identificar se objetivos estão sendo alcançados.

Através deste trabalho de conclusão de curso, será realizado um estudo de caso em uma cooperativa de crédito, com objetivo de analisar sua situação econômico-financeira nos anos fiscais de 2019 a 2021.

3.4 Unidade de análise

A unidade de análise da pesquisa é uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, fundada em 2018, a qual também possui filiais na região descrita. A instituição financeira foi fundada em 02 de junho de 2006, e, atualmente, atua com todos os públicos, entre eles, pessoas físicas, jurídicas, produtores rurais, comerciantes e profissionais liberais.

A cooperativa em questão é administrada atualmente por dois diretores. Os diretores são assessorados, também, pelo Conselho Administrativo. A cooperativa conta, ainda, com cinquenta funcionários e cinco estagiários.

3.5 Instrumento de coleta de dados

Este trabalho terá a coleta documental como ferramenta para coleta de dados. Conforme Lakatos (2021, p. 192), “A fase de coleta de dados da pesquisa inicia-se com a aplicação dos instrumentos desenvolvidos e técnicas selecionadas com o objetivo de completar a coleta de dados planejada”.

De acordo com Fachin (2017, p. 137), “para a pesquisa documental, considera-se documento qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais em papel, madeira ou pedra, gravações, pinturas, incrustações e outros”.

Para realização da pesquisa documental será realizada a coleta de dados utilizando os demonstrativos contábeis, em destaque o Balanço Patrimonial, referente aos anos fiscais de

2019, 2020 e 2021, que serão coletados diretamente no site da Cooperativa. A mesma se enquadra na lei 11.638/2007, a qual traz que as sociedades empresárias limitadas e cooperativas são obrigadas a publicar o Balanço Anual e as Demonstrações Financeiras em jornal de grande circulação no local da sede da sociedade e no Diário Oficial do Estado. Sendo assim, não é necessário o termo de permissão para realização do trabalho, tendo em vista que qualquer pessoa tem acesso a essas informações.

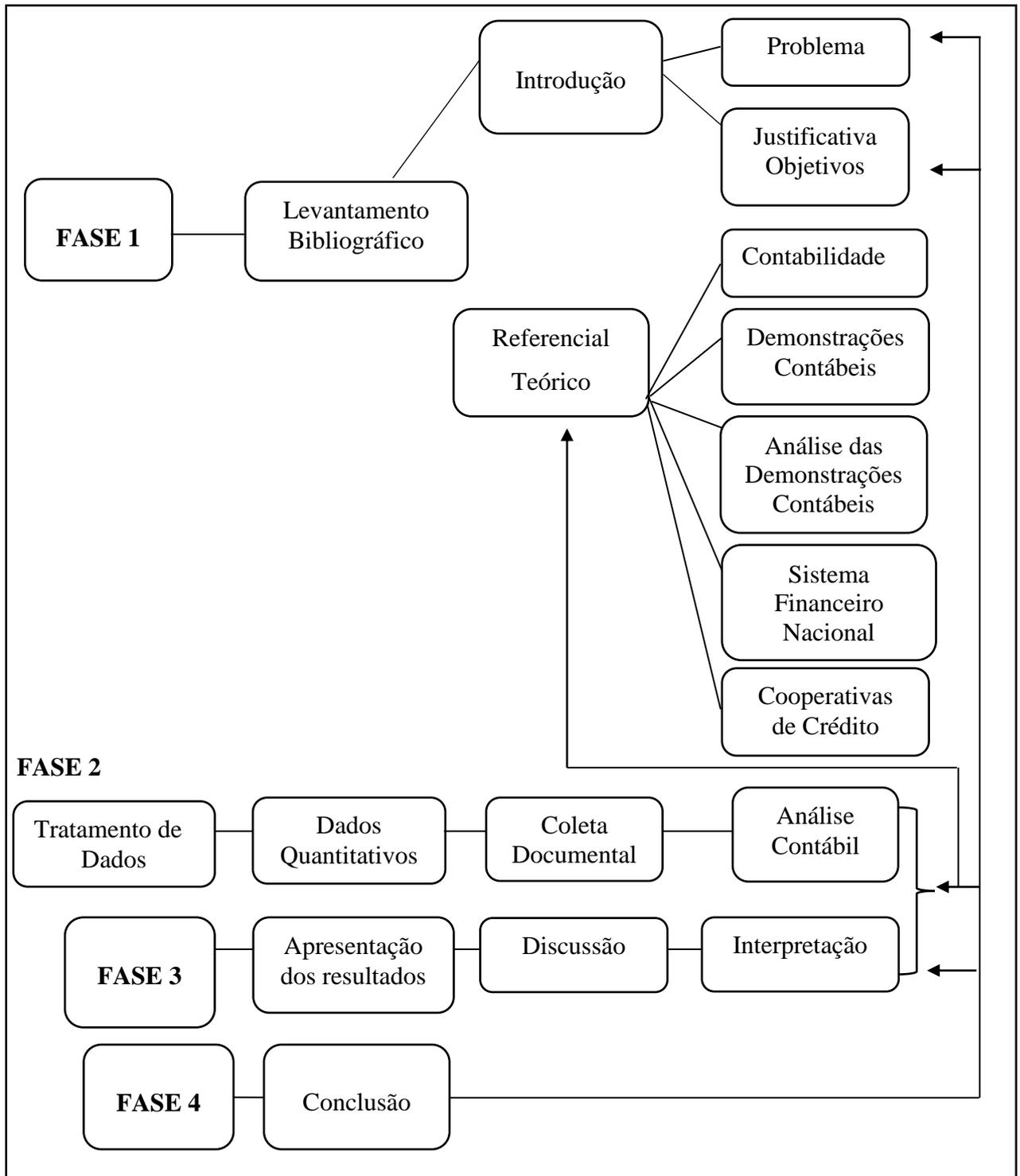
3.6 Tratamento dos dados

Nesta seção será abordado o tratamento de dados da pesquisa quantitativa.

Diante disto, o tratamento de dados quantitativos será alcançado através da análise contábil, onde serão feitos cálculos mediante fórmulas de cada indicador financeiro, além da análise vertical e horizontal e, posteriormente, serão discutidos e interpretados os resultados.

A seguir será apresentado, na **Figura 1**, o esquema da pesquisa de maneira estruturada, onde são demonstradas cada parte da pesquisa, possibilitando, assim, uma visão geral do estudo.

Figura 1 – Esquema da Pesquisa



Fonte: Manual FASF (2022).

Na **Fase 1**, foi feito o levantamento bibliográfico sobre o tema da pesquisa. Logo após, foi feita a introdução, o levantamento do problema, justificativa e objetivos. Em seguida, foi feito um levantamento por meio da revisão da literatura e desenvolvida a base teórica do trabalho.

Na **Fase 2**, foi realizado o tratamento de dados, onde foi discorrido sobre a metodologia da pesquisa. Será utilizada a pesquisa quantitativa e qualitativa, fazendo necessária a coleta documental e a análise contábil posteriormente.

Na **Fase 3**, foram apresentados os resultados obtidos na fase 2, os quais serão interpretados e discutidos posteriormente.

Na **Fase 4**, foi feita a conclusão da pesquisa, através das interpretações dos resultados na fase 3, será possível identificar se a questão problema e objetivos do trabalho foram alcançados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas seções seguintes serão apresentados os resultados e discussões das análises vertical e horizontal e das análises dos indicadores financeiros; sendo: os indicadores de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital e endividamento de uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021.

Para melhor entendimento, foram estruturados em 6 seções sendo compostos por: primeira seção, será abordada a análise horizontal; segunda seção, a análise vertical; terceira seção, abordando sobre os as análises dos indicadores de liquidez; a quarta, descrevendo as análise dos indicadores de estrutura de capital e endividamento; a quinta, discorrendo sobre as análises dos indicadores de rentabilidade; a sexta parte, com a síntese dos resultados e discussões.

4.1 Análise Horizontal

No **Quadro 15**, apresenta-se a análise horizontal que, segundo Assaf Neto (2020), é a comparação entre valores de uma mesma conta ou grupo de diferentes exercícios fiscais. Diante do período analisado, percebe-se uma variação positiva de 48,51% no grupo do ativo, nos anos de 2019 e 2020, enquanto 2020 e 2021 houve uma variação de 19,61%. Verifica-se este impacto no grupo do ativo circulante, onde, entre os anos de 2019 e 2020, sofreu 50,10% de variação positiva e 2020 e 2021, impacto de 19,78% positivo. Os destaques do grupo ficam para as contas de disponibilidade, que em suma, é o caixa da cooperativa, sofrendo uma variação negativa de 47,19%, no primeiro período, e aumento de 107,33%, no segundo período analisado. A conta de instrumentos financeiros também sofreu variação positiva expressiva, no primeiro período, com 50,44%; enquanto, no segundo período, a variação foi de 20,95%. A maior variação dentro do grupo, nos períodos analisados, fica para a conta de ativos fiscais correntes e diferidos com aumento de 100%, no primeiro período, e 973,76%, no segundo período.

Com relação ao ativo não circulante entre os anos de 2019 e 2020, a variação foi de 24,21%, em tempo que, nos anos de 2020 e 2021, a variação caiu, aumentando 19,78%. A conta investimentos não houve variação tão expressiva, enquanto o imobilizado teve impacto positivo de 70,82% entre os anos de 2019 e 2020 e 23,49 nos anos de 2020 e 2021. Já, a conta intangível apresentou a maior variação dentro do circulante e do grupo do ativo no período analisado. Nos anos de 2019 e 2020, houve aumento expressivo de 5550,74% e 355,93% de

2020 para 2021. Nota-se que a instituição, nos três anos analisados, investiu em bens e na estrutura em médio ou longo prazo, no qual todas as contas dentro do grupo sofreram aumento.

QUADRO 15 – Análise horizontal balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	Ano 2021	AH 21/20	Ano 2020	AH 20/19	Ano 2019
ATIVO	90.492.563,13	19,61	75.653.358,04	48,51	50.941.168,81
ATIVO CIRCULANTE	85.962.760,86	19,78	71.766.277,22	50,10	47.811.647,66
Disponibilidade	259.346,75	107,33	125.090,19	-47,19	236.883,96
Instrumentos financeiros	86.596.603,62	20,95	71.597.488,79	50,44	47.593.120,94
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-2.195.974,53	34,17	-1.636.721,43	28,64	-1.272.312,79
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.890,45	973,76	269,19	100,00	-
Outros ativos	1.299.894,57	-22,63	1.680.150,48	33,99	1.253.955,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.529.802,27	16,53	3.887.080,82	24,21	3.129.521,15
Investimentos	1.835.286,87	8,12	1.697.524,31	6,92	1.587.668,39
Imobilizado	3.252.211,69	23,49	2.633.605,00	70,82	1.541.710,05
Intangível	36.767,21	355,93	8.064,17	5550,74	142,71
(-) Depreciação e amortizações	- 594.463,50	31,49	- 452.112,66	100,00	-
PASSIVO	90.492.563,13	19,61	75.653.358,04	48,51	50.941.168,81
PASSIVO CIRCULANTE	77.464.585,37	20,72	64.166.511,71	54,11	41.635.832,56
Depósitos	51.088.572,17	9,30	46.742.923,50	80,26	25.930.948,92
Demais instrumentos financeiros	24.807.396,07	52,30	16.288.207,83	9,85	14.827.882,35
Provisões	78.262,87	12,78	69.394,60	100,00	-
Obrigações fiscais correntes e diferidas	212.479,45	90,76	111.387,83	7,09	104.008,58
Outros passivos	1.277.874,81	33,87	954.597,95	23,49	772.992,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.027.977,76	13,42	11.486.846,33	23,44	9.305.336,25
Capital Social	4.547.029,06	-3,41	4.707.772,48	-2,75	4.840.965,11
Reservas de Capital	7.425.820,61	30,68	5.682.635,73	19,97	4.736.593,08
Sobras ou perdas acumuladas	1.055.128,09	-3,77	1.096.438,12	502,77	-272.221,94

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

No que diz respeito ao passivo, nos anos de 2019 e 2020, a evolução foi de 48,51% e 19,61% de 2020 e 2021. Os destaques ficam para as contas de depósitos no período de 2019 e 2020, com variação positiva de 80,26%, enquanto no período seguinte, apresentou variação positiva de apenas 9,30%. A conta de demais instrumentos financeiros apresentou maior variação de 2020 para 2021, com 52,30%, enquanto no período anterior, o aumento foi de apenas 9,85%. Outra conta com destaque é a de obrigações fiscais correntes e diferidas, que também apresentou maior crescimento em 2021, com 90,76% de aumento em relação ao ano

de 2020; em contrapartida, no período anterior, o aumento foi de 7,09%. A conta de outros passivos também mostrou evolução nos anos descritos, com 23,49% no primeiro período e 33,87% no segundo. Verifica-se que a instituição possuía apenas obrigações em curto prazo, que sofreram aumentos ao longo dos anos. A instituição não possuía obrigações em longo prazo, o que justifica-se pelo fato de não ter passivo não circulante.

Em relação ao patrimônio líquido, nota-se crescimento de 2019 para 2020 de 23,44% e de 13,42%, de 2020 para 2021. A principal conta, que sofreu alteração significativa dentro do grupo, fica para as sobras ou perdas acumuladas, onde é possível verificar que, no ano de 2019 e 2020, houve variação de 502,77% e, no período seguinte, houve variação negativa de 3,77%. Nota-se que a instituição, no ano de 2019, não apresentou resultado satisfatório, enquanto no ano de 2020, conseguiu se reestabelecer. A conta de reservas de capital também apresentou aumento relevante de 19,97% no primeiro período e 30,68% no segundo.

A seguir o **Quadro 16**, expõe a análise horizontal da demonstração do resultado do exercício do período de 2019, 2020 e 2021. De maneira geral, percebem-se grandes impactos nos indicadores de um ano para outro, onde, no primeiro período de 2019 para 2020, houve aumento de 18,80% na receita da instituição. Embora a receita tenha aumentado, os dispêndios e despesas da intermediação financeira apresentaram uma queda no período - de 74,91%, chegando-se ao resultado bruto da intermediação financeira, que apresentou um expressivo crescimento de 245,76%. Do resultado bruto, são subtraídos os outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais e, também, as provisões que apresentaram evolução em seus índices com 60,54% e 100%, respectivamente; este último, no período de 2019, dispôs de resultado zerado. Apesar das oscilações dos indicadores que foram apresentados até aqui, alguns com evolução e outros não, o resultado operacional apresentou um crescimento de 1352,31% onde, a instituição saiu de um resultado negativo para um resultado positivo. Outra conta que merece destaque é a das outras receitas e despesas com acréscimo de 1166,15%, o qual gerou um resultado favorável das sobras ou perdas antes da tributação e participações de 1352,29%. O imposto de renda e contribuição social e também as participações nas sobras, cresceram 36,68% e 100% nesta ordem. O resultado final das sobras ou perdas antes do período gerou uma evolução de 995,05%.

QUADRO 16 – Análise horizontal da demonstração do resultado do exercício

DRE	Ano 2021	AH% 21/20	Ano 2020	AH% 20/19	Ano 2019
(=) Ingressos e receitas da intermediação financeira	9.208.696,96	39,72	6.590.886,96	18,80	5.547.818,30
(-) Dispêndios e despesas da intermediação financeira	-3.721.302,52	277,75	- 985.132,84	-74,91	-3.926.532,19
(=) Resultado Bruto da intermediação financeira	5.487.394,44	-2,11	5.605.754,12	245,76	1.621.286,11
(-) Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais	-3.503.150,39	19,09	- 2.941.655,67	60,54	-1.832.337,61
(-) Provisões	- 8.868,27	-57,94	- 21.086,68	100,00	0,00
(=) Resultado operacional	1.975.375,78	-25,26	2.643.011,77	1352,31	- 211.051,50
(-) Outras receitas e despesas	- 16.195,93	524,22	- 2.594,60	1166,15	- 204,92
(=) Sobras ou perdas antes da tributação e participações	1.959.179,85	-25,80	2.640.417,17	1352,29	- 210.846,58
(-) Imposto de renda e contribuição social	- 87.732,64	4,58	- 83.888,00	36,68	- 61.375,36
(-) Participações nas sobras	- 80.000,00	-33,33	- 120.000,00	100,00	-
(=) Sobras ou perdas antes do período antes das destinações	1.791.447,21	-26,48	2.436.529,17	995,05	- 272.221,94

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Com relação aos períodos de 2020 e 2021, é possível perceber um cenário melhor, com aumento da receita, apresentando crescimento de 39,72% em relação ao ano de 2019 e 2020; contudo, houve uma variação expressiva nos dispêndios e despesas da intermediação financeira de 277,75% positiva. O resultado bruto da intermediação financeira no período foi de uma involução de 2,11%, embora o aumento da receita tenha sido um percentual considerável, e dos dispêndios e despesas da intermediação financeira apresentou dos maiores índices do período, verifica-se que o resultado bruto não sofreu grandes impactos negativos em relação ao ano anterior. Já, a conta dos outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais aumentou 19,09%; as provisões apresentaram uma queda de 57,94%; com essas variações, percebe-se uma diminuição de 25,26% no resultado operacional. A conta de outras receitas e despesas foi a que mais se destacou no período, com aumento de 524,22% gerando uma variação negativa para a conta de sobras ou perdas antes da tributação e participações de 25,80%. As deduções do imposto de renda e contribuição social e das participações nas sobras, que apresentaram 4,58% positivo e 33,33 negativo, o resultado das sobras ou perdas antes do período das destinações diminuiu 26,48%.

4.2 Análise Vertical

Para Silva (2017), a análise vertical permite a identificação da real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no Balanço Patrimonial ou na estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício. Conforme o **Quadro 17**, demonstra-se a análise vertical do balanço patrimonial da instituição financeira dos anos de 2019, 2020 e 2021.

É possível verificar que o ativo circulante possui representatividade acima de 90% nos três períodos analisados, em que todas as contas que fazem parte do grupo, possuíam percentuais de representatividades similares. A conta disponibilidade detém uma das representatividades mais baixas no grupo, com 0,47%, 0,17% e 0,29% em 2019, 2020 e 2021, respectivamente. Nota-se que a conta de instrumentos financeiros possui a maior representatividade dentro do ativo e do ativo circulante, com relevantes percentuais: 93,43% em 2019, com pequenas variações, passando para 94,64% em 2020 e 95,69%, em 2021; no qual é possível constatar que a instituição dispõe de uma grande parte do seu fluxo de caixa concentrada nessa conta. As demais contas do grupo não apresentam percentuais expressivos em relação ao ativo total.

Sobre o ativo não circulante é possível notar uma baixa representatividade, com relação ao ativo total, com 6,14%, 5,14% e 5,01% em 2019, 2020 e 2021, nesta ordem. Dentro do grupo, as contas de investimentos apresentavam 3,12% do ativo total, em 2019, caindo para 2,24%, em 2020, e 2,03%, em 2021. Outra conta que se destaca no não circulante é a de imobilizado com maior visibilidade no grupo onde, no ano de 2019, detinha 3,03% do ativo total saltando para 3,48%, em 2020, e 3,59%, em 2021.

No que se diz respeito ao passivo circulante, mais de 80% da representatividade total do passivo está concentrada no grupo com 81,73%, 84,82% e 85,60%, nos anos de 2019, 2020 e 2021. A conta que se destaca é a de depósitos com percentual de 50,90%, em 2019, em relação ao passivo total, e, nos anos posteriores de 2020 e 2021, com 61,79% e 56,46%. Outra conta com relevância é a demais instrumentos financeiros, na qual ocorreu variação ao longo do período, em sua representatividade no grupo, com 29,11% em 2019; em 2020 caiu para 21,53% e, em 2021, aumentou para 27,41%. As demais contas no grupo apresentaram baixa expressividade em seus percentuais, inferior a 2%.

QUADRO 17 – Análise vertical do balanço patrimonial.

BALANÇO PATRIMONIAL	Ano 2021	AV%	Ano 2020	AV%	Ano 2019	AV%
ATIVO	90.492.563,13	100,00%	75.653.358,04	100,00%	50.941.168,81	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	85.962.760,86	94,99%	71.766.277,22	94,86%	47.811.647,66	93,86%
Disponibilidade	259.346,75	0,29%	125.090,19	0,17%	236.883,96	0,47%
Instrumentos financeiros	86.596.603,62	95,69%	71.597.488,79	94,64%	47.593.120,94	93,43%
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	- 2.195.974,53	-2,43%	- 1.636.721,43	-2,16%	- 1.272.312,79	-2,50%
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.890,45	0,00%	269,19	0,00%	-	0,00%
Outros ativos	1.299.894,57	1,44%	1.680.150,48	2,22%	1.253.955,55	2,46%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.529.802,27	5,01%	3.887.080,82	5,14%	3.129.521,15	6,14%
Investimentos	1.835.286,87	2,03%	1.697.524,31	2,24%	1.587.668,39	3,12%
Imobilizado	3.252.211,69	3,59%	2.633.605,00	3,48%	1.541.710,05	3,03%
Intangível	36.767,21	0,04%	8.064,17	0,01%	142,71	0,00%
(-) Depreciação e amortizações	- 594.463,50	-0,66%	- 452.112,66	-0,60%	-	0,00%
PASSIVO	90.492.563,13	100,00%	75.653.358,04	100,00%	50.941.168,81	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	77.464.585,37	85,60%	64.166.511,71	84,82%	41.635.832,56	81,73%
Depósitos	51.088.572,17	56,46%	46.742.923,50	61,79%	25.930.948,92	50,90%
Demais instrumentos financeiros	24.807.396,07	27,41%	16.288.207,83	21,53%	14.827.882,35	29,11%
Provisões	78.262,87	0,09%	69.394,60	0,09%	-	0,00%
Obrigações fiscais correntes e diferidas	212.479,45	0,23%	111.387,83	0,15%	104.008,58	0,20%
Outros passivos	1.277.874,81	1,41%	954.597,95	1,26%	772.992,71	1,52%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.027.977,76	14,40%	11.486.846,33	15,18%	9.305.336,25	18,27%
Capital Social	4.547.029,06	5,02%	4.707.772,48	6,22%	4.840.965,11	9,50%
Reservas de Capital	7.425.820,61	8,21%	5.682.635,73	7,51%	4.736.593,08	9,30%
Reserva de Lucros	1.055.128,09	1,17%	1.096.438,12	1,45%	- 272.221,94	-0,53%

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Acerca do patrimônio líquido, no ano de 2019, possuía maior representatividade em relação ao total do passivo com 18,27%. Já nos anos de 2020 e 2021, houve uma queda para 15,18% e 14,40% nesta ordem. A conta capital social detinha maior composição, em 2019, com 9,50%; enquanto nos anos posteriores, essa composição diminuiu para 6,22% e 5,02%. Com relação à conta de reservas de capital, houve oscilação no período, de 9,30%, em 2019, caindo para 7,51%, em 2020 e subindo para 8,21% , em 2021. No que tange à conta de reservas de lucros, no ano de 2019, o percentual se apresentava negativo com -0,53% no patrimônio líquido, no qual a instituição certamente teve perdas. Nos anos seguintes, esse percentual já se apresentava positivo com 1,45% em 2020 e 1,17% em 2021.

No que se refere à análise vertical, por meio do **Quadro 18**, são evidenciadas a representatividade em percentuais de cada conta da DRE. Percebe-se que a representatividade dos dispêndios e despesas da intermediação financeira no ano de 2019 era 70,78% em relação aos ingressos e receitas da intermediação financeira, comparados ao ano de 2020, que detinha um valor de 14,95%, saltando para 40,41% no ano de 2021, o qual gerou melhor percentual da expressividade da conta do resultado bruto da intermediação financeira no ano de 2020, com 85,05%; no ano de 2019, com 29,22% e em 2021, com 59,59%. Também merecem destaque os outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais que apresentaram oscilações na sua representatividade ao longo do período, com 33,03% aumentando para 44,63% e caindo 38,04% em 2019, 2020 e 2021, nesta ordem.

O resultado operacional apontou melhor índice em 2020, com representatividade de 40,10%, ao passo que no ano de 2019, o resultado já apresentava negativo e com baixa representatividade, apenas 3,80%; em 2021, o índice caiu em relação ao ano anterior, mas se manteve positivo e com percentual de 21,45%. O resultado dos quocientes das sobras ou perdas, antes da tributação e participações, se manteve próximo do índice discutido anteriormente com 3,80% em 2019, evoluindo para 40,06% em 2020 e 21,28% em 2021. O resultado final da instituição representado pela conta de sobras ou perdas, antes dos períodos das destinações, retratou patamares positivos nos anos de 2020 e 2021, com representatividade de 36,97% e 19,45% respectivamente; no ano de 2019 o quociente não foi tão favorável, visto que a empresa apresentou resultado negativo, com -4,91% em relação à receita bruta.

QUADRO 18 – Análise vertical da demonstração do resultado do exercício.

DRE	Ano 2021	AV	Ano 2020	AV	Ano 2019	AV
(=) Ingressos e receitas da intermediação financeira	9.208.696,96	100,00%	6.590.886,96	100,00%	5.547.818,30	100,00%
(-) Dispêndios e despesas da intermediação financeira	-3.721.302,52	-40,41%	-985.132,84	-14,95%	-3.926.532,19	-70,78%
(=) Resultado Bruto da intermediação financeira	5.487.394,44	59,59%	5.605.754,12	85,05%	1.621.286,11	29,22%
(-) Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais	-3.503.150,39	-38,04%	-2.941.655,67	-44,63%	-1.832.337,61	-33,03%
(-) Provisões	-8.868,27	-0,10%	- 21.086,68	-0,32%	0,00	0,00%
(=) Resultado operacional	1.975.375,78	21,45%	2.643.011,77	40,10%	- 211.051,50	-3,80%
(-) Outras receitas e despesas	-16.195,93	-0,18%	- 2.594,60	-0,04%	- 204,92	0,00%
(=) Sobras ou perdas antes da tributação e participações	1.959.179,85	21,28%	2.640.417,17	40,06%	-210.846,58	-3,80%
(-) Imposto de renda e contribuição social	- 87.732,64	-0,95%	- 83.888,00	-1,27%	-61.375,36	-1,11%
(-) Participações nas sobras	- 80.000,00	-0,87%	-120.000,00	-1,82%	-	0,00%
(=) Sobras ou perdas antes do período antes das destinações	1.791.447,21	19,45%	2.436.529,17	36,97%	-272.221,94	-4,91%

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

4.3 Análise dos indicadores de liquidez

Na **Tabela 2**, estão apresentados os indicadores de liquidez dos anos de 2019, 2020 e 2021 da instituição que, segundo Almeida (2019), tem o objetivo de verificar a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações.

TABELA 2 – Indicadores de liquidez.

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2021	2020	2019	INTERPRETAÇÃO
LIQUIDEZ CORRENTE = AC/PC	1,11	1,12	1,15	
LIQUIDEZ SECA = (AC - ESTOQUES)/PC	0,00	0,00	0,00	QUANTO MAIOR,
LIQUIDEZ IMEDIATA = DISPONÍVEL/PC	0,003	0,002	0,006	MELHOR
LIQUIDEZ GERAL = (AC+ANC)/(PC+PNC)	1,17	1,18	1,22	

Fonte: Elaborada pela autora (2022)

No ano de 2019, a instituição apresentava um índice de liquidez corrente de 1,15, ou seja, para cada R\$1,00 de obrigações no curto prazo, a instituição possuía R\$1,15 de recursos. Já em 2020 e 2021, a instituição possuía R\$1,12 e R\$1,11 nessa ordem de recursos no ativo circulante para pagamento das obrigações no curto prazo. A interpretação do índice é quanto maior, melhor, ou seja, no ano de 2019, a instituição apresentou o melhor resultado, embora

nos três períodos analisados, fossem apresentados resultados satisfatórios, os quais comprovavam a capacidade de liquidez em curto prazo. Conforme Iudicibus (2017), é preciso considerar que, para análise do indicador, no ativo circulante, estão itens como, a disponibilidade da empresa no caixa, valores a receber a curto prazo e também despesas pagas antecipadamente, bem como no passivo circulante, estão incluídas as dívidas e obrigações vencíveis a curto prazo.

Acerca da liquidez seca, apresentam-se resultados zerados em todos os períodos pelo fato de não haver a conta estoques no balanço patrimonial.

Com relação à liquidez imediata, em 2019, percebe-se melhor resultado com 0,006, apesar de que a interpretação do índice é de quanto maior, melhor. De acordo com Almeida (2019), o índice indica quanto a instituição possui de recursos disponíveis de imediato para cada R\$1,00 de passivo circulante, ou seja, para dívidas com vencimento em curto prazo. Ou seja, em 2019, para cada R\$1,00, a instituição possuía 0,006 para honrar os compromissos no curto prazo. Nos outros períodos analisados, o resultado declinou para 0,002 em 2020 e 0,003 em 2021. Verifica-se uma deficiência no caixa da instituição nos três anos, sobre o qual Assaf Neto (2020) ainda complementa que é normal o quociente ser menor devido ao baixo interesse pelas empresas manter recursos em caixa.

Já a liquidez geral, de acordo com Assaf Neto (2020), revela a liquidez da instituição tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$1,00 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo. É possível verificar que, nos três anos avaliados, os indicadores apresentavam resultados suficientes para a instituição cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo. No ano de 2019, com melhor quociente de 1,22; e, em 2020 e 2021, com índices de 1,18 e 1,17, respectivamente. Silva (2019) ainda salienta que a liquidez geral decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e de suas decisões estratégicas de investimento e financiamento. Nesse sentido, percebe-se que os bens aplicados no ativo são suficientes para pagamento das obrigações da instituição.

4.4 Análise dos indicadores de rentabilidade

De acordo com a **Tabela 3**, são evidenciados os indicadores de rentabilidade que, segundo Almeida (2019), têm o objetivo de identificar o desempenho econômico da entidade, relacionando o lucro apurado com parâmetros de relatividade, tais como vendas, ativos e patrimônio líquido. Nota-se que o indicador de margem líquida apresentou-se negativo no ano

de 2019, com -0,17. Embora nos anos posteriores tenham sido positivos, o indicador sofreu variações passando para 0,43 em 2020 e 0,33 em 2021. A interpretação do índice é quanto maior, melhor, ou seja, quanto mais próximo de 1 esse quociente for, maiores serão os lucros alcançados pela empresa. Ribeiro (2020) ressalta ainda que a interpretação desse quociente deverá ser voltada a verificar qual a margem de lucro da empresa em relação às suas vendas. Diante disso, percebe-se que, no ano de 2020, houve melhor desempenho da instituição.

TABELA 3 – Indicadores de rentabilidade.

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2021	2020	2019	INTERPRETAÇÃO
MARGEM LÍQUIDA = LL/VL	0,33	0,43	-0,17	QUANTO MAIOR, MELHOR
RETORNO SOBRE O ATIVO TOTAL = LL/AT	0,02	0,03	-0,01	
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO = LL/PL	0,14	0,21	-0,03	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Com relação ao retorno sobre o ativo total, os indicadores apresentaram o menor quociente dentre os índices analisados com -0,01; 0,03 e 0,02 nos anos de 2019, 2020 e 2021, nesta ordem. Alves e Laffin (2018) explanam que esse índice mede a capacidade da empresa de aplicar com eficiência seus recursos, a fim de verificar qual o retorno obtido para cada real que compõe o ativo da empresa. Dessa forma, quanto maior o resultado do indicador, melhor será para o investidor. À vista disso, é possível constatar que, em 2020, mostrou-se melhor cenário.

O índice de retorno sobre o patrimônio líquido também apresentou resultado negativo em 2019 com -0,03. No ano de 2020, o quociente aumentou para 0,21 e, em 2021, houve uma involução para 0,14. Para Ribeiro (2020), o quociente revela a taxa de rentabilidade obtida pelo capital próprio investido na empresa, ou seja, quanto a empresa ganhou de lucro líquido para cada \$ 1 de capital próprio investido. A interpretação do índice é quanto maior, melhor. Percebe-se que, em 2019, a situação da empresa encontrava-se em situação de prejuízo, em que a taxa obtida apresentava-se negativa. Já nos anos posteriores, o quociente demonstrou uma evolução, expondo resultados positivos.

4.5 Análise dos indicadores de estrutura de capital e endividamento

Por meio da **Tabela 4**, serão demonstrados os indicadores de estrutura de capital e endividamento, que segundo Iudícibus (2017), retratam a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros, ou seja, indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros.

TABELA 4 – Indicadores de estrutura de capital e endividamento.

INDICADORES DE ESTRUTURA DE CAPITAL E ENDIVIDAMENTO	2021	2020	2019	INTERPRETAÇÃO
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS = $(PC+PNC)/PL$	5,95	5,59	4,47	
ENDIVIDAMENTO GERAL = $(PC+ELP)/AT$	0,86	0,85	0,82	QUANTO MENOR, MELHOR
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO = $PC/(PC+PNC)$	1,00	1,00	1,00	
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO = AP/PL	0,39	0,38	0,34	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

O indicador de participação de capitais de terceiros demonstrou maior índice no ano de 2021, com 5,95, enquanto nos anos anteriores de 2020 e 2019, se apresentavam com 5,59 e 4,47, nesta ordem. Martins (2020) aborda que o indicador revela a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros, uma vez que a interpretação do índice é quanto menor, melhor, ou seja, o quociente abaixo de 1,00 seria um panorama ideal, porém percebe-se que a instituição possuía um grau elevado de dependência financeira com relação ao capital de terceiros.

No que se refere ao endividamento geral, percebe-se um aumento ao longo do período. Em 2019, o quociente era de 0,82, já no ano de 2020, houve aumento para 0,85 e, em 2021, apresentava-se com indicador de 0,86. De acordo com Santanna (2020), esse índice é utilizado para medir a proporção das dívidas em relação aos ativos que não foram financiados por terceiros. Percebe-se que em 2021, apresentou maior dependência de capitais de terceiros.

A respeito do indicador da composição do endividamento, nos três períodos analisados apontaram indicador de 1,00. Esse resultado tem fundamento na não existência do passivo não circulante, o qual revela que a instituição possui 100% da dívida concentrada em curto prazo. Almeida (2019) aponta que esse índice relata o percentual de capitais de terceiros de curto prazo (passivo circulante), em relação ao total dos capitais de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), ou seja, quanto menor o quociente, maiores serão os prazos que a empresa terá para saldar seus compromissos.

Já a imobilização do patrimônio líquido apresentou os menores indicadores com 0,34 em 2019, evoluindo para 0,38 em 2020 e 0,39 em 2021. Para Ribeiro (2020), o quociente revela quanto a empresa imobilizou no ativo fixo para cada \$ 1 de patrimônio líquido. Identifica-se que o quociente manteve estável expondo um percentual com média de 37% dos recursos da instituição aplicados no ativo permanente.

4.6 Síntese dos resultados e discussão

Verificou-se, nesta pesquisa, a situação econômico-financeira de uma instituição financeira nos exercícios fiscais de 2019 a 2021, através de informações contidas nas demonstrações contábeis, por meio da avaliação vertical e horizontal e dos indicadores de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade.

A princípio, as informações contidas no balanço patrimonial e na DRE foram analisadas por meio da análise horizontal, na qual se verifica evolução histórica nos principais grupos, no primeiro período analisado, de 2019 para 2020. No período posterior, a instituição se manteve em crescimento, porém com índices menores em relação ao ano anterior. Já na DRE, apresentaram-se maiores indicadores também no primeiro período analisado, com exceção da conta de ingressos e receitas da intermediação financeira, que, no segundo período, apontou crescimento notável.

Com relação à análise vertical, no geral é possível notar nos períodos analisados que a maior representatividade do ativo está concentrada no grupo do ativo circulante, com cerca de 94%; o ativo não circulante aponta indicador com média de 5% de expressividade do ativo total. O grupo do passivo, no geral também identifica-se notabilidade da média 83%, no passivo circulante; o patrimônio líquido se manteve instável com representatividade de 15% do passivo total. Já na DRE, percebem-se variações em todas as contas ao longo dos períodos analisados; resumidamente a instituição apresentou no primeiro período um índice negativo visto o prejuízo do exercício; no segundo período a representatividade em relação à receita total aumentou, com índice de 36,97%; no terceiro período a expressividade em relação às vendas retratou índice de 19,45%.

No que diz respeito aos indicadores, de forma geral, no ano de 2019, os indicadores de liquidez apresentaram melhores resultados; os índices de rentabilidade, em 2019, tiveram resultados negativos perante prejuízo no período que a instituição apresentou, no entanto, no ano de 2020, conseguiu se reerguer com melhores indicadores dos 3 anos analisados; já na estrutura de capital e endividamento, nota-se um crescimento ao longo do período com resultado satisfatório no ano de 2021.

Na próxima seção será abordada a conclusão desta pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Este estudo trouxe como objetivo principal analisar, a partir das demonstrações contábeis, o desempenho econômico e financeiro de uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021 a fim de verificar qual dos exercícios analisados teve o melhor resultado além de auxiliar os gestores na tomada de decisão.

Para cumprimento de tal objetivo, o levantamento bibliográfico foi fundamental para demonstrar os conceitos e importâncias acerca da contabilidade, bem como as demonstrações contábeis utilizadas, além das análises das demonstrações contábeis e dos indicadores financeiros.

Perante o exposto, foi apresentado o seguinte problema: qual exercício obteve o melhor desempenho econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021?

Com relação ao primeiro objetivo específico, que foi levantar documentação relativa às demonstrações contábeis nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, foi coletado junto à gestora da instituição financeira o balanço patrimonial e a DRE.

No que se referente o segundo objetivo específico, descrito em realizar as análises das demonstrações contábeis por meio das análises vertical e horizontal e dos indicadores financeiros de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade em cada ano fiscal, foi alcançado por meio da coleta das demonstrações contábeis, descritas no primeiro objetivo onde, posteriormente os dados foram extraídos para realização das análises horizontal e vertical, expostas do **Quadro 15** ao **Quadro 18** e também os cálculos dos indicadores por meio das fórmulas descritas no referencial teórico, cujos resultados estão evidenciados da **Tabela 2** a **Tabela 4** na seção dos resultados e discussão.

E acerca do terceiro objetivo específico, que foi analisar o desempenho da instituição comparando, a partir das análises das demonstrações feitas, os resultados dos três anos fiscais, apontando o de melhor desempenho econômico e financeiro: por meio da análise horizontal da DRE verifica-se um aumento da receita ao longo do período. Embora no ano de 2019 a empresa tenha tido resultado negativo, no segundo ano conseguiu aumentar suas vendas consideravelmente, apresentando o melhor resultado no lucro. Isso também é comprovado por meio dos indicadores de rentabilidade, que apontaram melhor cenário para o ano de 2020. É importante ressaltar que, analisando o crescimento de uma forma geral da instituição pela DRE, independentemente no ano de 2021 ter possuído a melhor receita, o lucro não foi tão

atrativo quanto, o que justifica-se pelo aumento dos dispêndios e despesas da intermediação financeira e das outras receitas e despesas.

De forma geral, nota-se que, na análise horizontal do balanço patrimonial, os indicadores apresentaram aumento nas principais contas; o aumento do ativo fica com destaque para o período de 2019 e 2020, fundamentado nas contas de ativos físicos correntes e diferidos e do intangível; no passivo no mesmo período percebe-se crescimento na conta dos depósitos, obrigações fiscais correntes e diferidas e sobras ou perdas acumuladas, este último possivelmente justificado pelo lucro gerado no ano de 2021. No período de 2020 e 2021, a instituição ainda esteve em crescimento, embora o destaque no balanço patrimonial tenha sido demonstrado nos indicadores analisados de 2019 para 2020.

Com relação aos indicadores de liquidez, verifica-se que o ano de 2019 detinha os maiores resultados. Os indicadores de rentabilidade, conforme já mencionado, apresentaram melhor cenário no ano de 2020; no ano de 2019, os quocientes foram negativos devido ao prejuízo da instituição. Os índices de estrutura de capital e endividamento em 2019 foram os menores dos anos analisados, nos quais, conforme já exposto, houve aumento das obrigações; o índice aumentou consideravelmente no ano seguinte e depois se manteve estável; isto evidencia também que há uma dependência da instituição com relação ao capital de terceiros.

Sobre a questão problema, a pesquisa busca responder: qual exercício obteve o melhor desempenho econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito localizada na região Centro-Oeste de Minas Gerais, nos anos fiscais de 2019, 2020 e 2021? Em resposta à questão problema, o primeiro ponto que deve ser observado é o crescimento das vendas da instituição financeira, exposto pela DRE, no qual, no ano de 2020, apresentou o melhor lucro dos períodos que foram analisados; outro ponto é em relação aos indicadores de rentabilidade que demonstraram um cenário atrativo com melhores resultados nos períodos.

Sendo assim, perante as análises e discussões até aqui apresentadas, foi possível responder a questão problema. No que se refere à hipótese mencionada, a mesma pode ser confirmada, pois por meio das análises das demonstrações contábeis, é possível evidenciar e fazer comparações entre os anos fiscais, além de acompanhar a evolução financeira, econômica e patrimonial com o objetivo de fornecer informações úteis para tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Análise das Demonstrações Contábeis em IFRS e CPC: facilitada e sistematizada**. São Paulo: Atlas, 2019.

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análise das demonstrações financeiras**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estruturas e Análise de Balanços** - um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Banco Central do Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa De Campos. **Metodologias Pesquisa em Ciências**. Análise Quantitativa e Qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016.

BONHO, Fabiana Tramontin; MARTINS, Filipe da Silva; ALVES, Aline. **Contabilidade Básica**. Porto Alegre: Caroline Ourique, 2019.

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Comitê de pronunciamentos contábeis, 2021. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, John David. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2021.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

FASF. Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos. / organização de Douglas Messias Lamounier Rezende Camargos, Eliezer Carneiro de Oliveira, Ivan de Oliveira Elias; colaboração de Maria Helena Silva Rabelo, Maria Marli P. Araújo. Luz / MG, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. São Paulo: Atlas. 2017.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. Atlas, 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da pesquisa no Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

OCB (2022). Disponível em: <https://www.piaucooperativo.coop.br/cooperativismo/o-que-e/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade geral facilitada**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análises de balanços**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Noções de Demonstrações**. São Paulo: Saraiva, 2020.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Fundamentos básicos de contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SALOTTI, Bruno Meirelles; *et al.* **Contabilidade financeira**. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTANNA, Fernando Esteves de. **Índice de endividamento geral**. (2020). Disponível em: <https://www.tbsconsultoria.com.br/autor/fernando/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SICOOB (2022). Disponível em:

[https://www.sicoobconsorcios.com.br/institucional.php#:~:text=Ou%20seja%2C%20tem%20 todos%20os,Cooperativismo%20de%20Cr%C3%A9dito%20\(FGCoop\)](https://www.sicoobconsorcios.com.br/institucional.php#:~:text=Ou%20seja%2C%20tem%20 todos%20os,Cooperativismo%20de%20Cr%C3%A9dito%20(FGCoop)). Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**, 13. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Repositório Institucional da UNB** (2022). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/>. Acesso em 15 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA EM FRANCA. **Repositório Institucional da UNESP** (2022). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>. Acesso em 20 mar. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. **Repositório Institucional da UFMS** (2022). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/>. Acesso em 18 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Repositório Institucional da UFRGS** (2022). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em 11 mar. 2022.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**. (2022). Disponível em: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/recursos-de-pesquisa/biblioteca-digital-teses-e-dissertacoes>. Acesso em: 15 mar. 2022.

WEIL, Roman L.; SCHIPPER, Katherine; FRANCIS, Jenifer. **Contabilidade Financeira: Introdução aos conceitos, métodos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

ANEXO I – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	Exercício 01/01/2021 a 31/12/2021	Exercício 01/01/2020 a 31/12/2020	Exercício 01/01/2019 a 31/12/2019
ATIVO	90.492.563,13	75.653.358,04	50.941.168,81
ATIVO CIRCULANTE	85.962.760,86	71.766.277,22	47.811.647,66
Disponibilidade	259.346,75	125.090,19	236.883,96
Instrumentos financeiros	86.596.603,62	71.597.488,79	47.593.120,94
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	- 2.195.974,53	- 1.636.721,43	- 1.272.312,79
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.890,45	269,19	-
Outros ativos	1.299.894,57	1.680.150,48	1.253.955,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.529.802,27	3.887.080,82	3.129.521,15
Investimentos	1.835.286,87	1.697.524,31	1.587.668,39
Imobilizado	3.252.211,69	2.633.605,00	1.541.710,05
Intangível	36.767,21	8.064,17	142,71
(-) Depreciação e amortizações	- 594.463,50	- 452.112,66	-
PASSIVO	90.492.563,13	75.653.358,04	50.941.168,81
PASSIVO CIRCULANTE	77.464.585,37	64.166.511,71	41.635.832,56
Depósitos	51.088.572,17	46.742.923,50	25.930.948,92
Demais instrumentos financeiros	24.807.396,07	16.288.207,83	14.827.882,35
Provisões	78.262,87	69.394,60	-
Obrigações físicas correntes e diferidas	212.479,45	111.387,83	104.008,58
Outros passivos	1.277.874,81	954.597,95	772.992,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.027.977,76	11.486.846,33	9.305.336,25
Capital Social	4.547.029,06	4.707.772,48	4.840.965,11
Reservas de Capital	7.425.820,61	5.682.635,73	4.736.593,08
Sobras ou perdas acumuladas	1.055.128,09	1.096.438,12	- 272.221,94

ANEXO II – Demonstração do Resultado do Exercício

DRE	Exercício 01/01/2021 a 31/12/2021	Exercício 01/01/2020 a 31/12/2020	Exercício 01/01/2019 a 31/12/2019
(=) Ingressos e receitas da intermediação financeira	9.208.696,96	6.590.886,96	5.547.818,30
(-) Dispêndios e despesas da intermediação financeira	- 3.721.302,52	- 985.132,84	- 3.926.532,19
(=) Resultado Bruto da intermediação financeira	5.487.394,44	5.605.754,12	1.621.286,11
(-) Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais	- 3.503.150,39	- 2.941.655,67	- 1.832.337,61
(-) Provisões	- 8.868,27	- 21.086,68	0,00
(=) Resultado operacional	1.975.375,78	2.643.011,77	- 211.051,50
(-) Outras receitas e despesas	- 16.195,93	- 2.594,60	- 204,92
(=) Sobras ou perdas antes da tributação e participações	1.959.179,85	2.640.417,17	- 210.846,58
(-) Imposto de renda e contribuição social	- 87.732,64	- 83.888,00	- 61.375,36
(-) Participações nas sobras	- 80.000,00	- 120.000,00	-
(=) Sobras ou perdas antes do período antes das destinações	1.791.447,21	2.436.529,17	- 272.221,94